



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

**JOÃO PAULO GUIMARÃES DE MELO**

**REESTABELECEM A FIGURA DO CIDADÃO ATRAVÉS DO CONCEITO DE  
AÇÃO EM ARENDT.**

**SALVADOR - BAHIA  
2023**

JOÃO PAULO GUIMARÃES DE MELO

**REESTABELECEM A FIGURA DO CIDADÃO ATRAVÉS DO CONCEITO DE  
AÇÃO EM ARENDT.**

Monografia apresentada ao curso de graduação em  
Filosofia da Universidade Federal da Bahia como requisito  
parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Filosofia

ORIENTADOR: LEONARDO JORGE DA HORA  
PEREIRA

SALVADOR - BAHIA  
2023

JOÃO PAULO GUIMARÃES DE MELO

**REESTABELECEM A FIGURA DO CIDADÃO ATRAVÉS DO CONCEITO DE  
AÇÃO EM ARENDT.**

Trabalho monográfico apresentado pelo aluno João Paulo Guimarães de Melo ao Colegiado do Curso de Graduação em Filosofia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia, sob orientação do Leonardo Jorge Da Hora Pereira.

Aprovado em 07 de Julho de 2023.

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. Vinícius dos Santos (Presidente da Banca - UFBA)

Prof. Dr. Francisco de Assis Silva (UFBA)

Prof. Dr. Renato Francisquini (Ciência Política - UFBA)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**COLEGIADO DE FILOSOFIA**  
**Estrada de São Lázaro, 197. Federação. Salvador/Bahia**  
**CEP.: 40210-730. Tel (071) 3283-6441**  
**[www.filosofia.ufba.br](http://www.filosofia.ufba.br)**



ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA  
DE JOÃO PAULO GUIMARÃES DE  
MELO NO DIA 07 DE JULHO DE 2023

Aos sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, às 14 horas, reuniram-se na sala do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, os professores doutores Vinicius dos Santos (presidente da banca - UFBA), Francisco de Assis Silva (UFBA) e Renato Fracisquini (Ciência Política - UFBA), para examinar a Monografia "Reestabelecer a figura do cidadão através do conceito de ação em Arendt", de autoria de João Paulo Guimarães de Melo, como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel em Filosofia. Depois de aberta a sessão, pelo Prof. Vinicius dos Santos, o estudante fez uma breve exposição das linhas gerais de sua pesquisa. Em seguida, os professores Renato Fracisquini e Francisco de Assis Silva fizeram suas arguições e a palavra foi devolvida ao estudante para que respondesse às questões. Concluída a arguição, a banca reuniu-se e deliberou, por unanimidade, por aprovar a monografia e conceder a nota 8,5 (oito e meio). Esta ata foi lavrada, lida e aprovada por quem de direito.

---

Prof. Dr. Vinicius dos Santos  
(Presidente da banca - UFBA)

---

Prof. Dr. Francisco de Assis Silva  
(UFBA)

---

Prof. Dr. Renato Francisquini  
(Ciência Política - UFBA)

---

João Paulo Guimarães de Melo



## RESUMO

O presente trabalho apresenta como conteúdo a temática do conceito de ação enquanto atividade humana, desenvolvida pela filósofa política Hannah Arendt em sua obra *A condição humana*, a qual seria uma das concepções determinantes de seu pensamento político. Esta pesquisa procura possibilitar o restabelecimento da figura do cidadão a partir do conceito de Ação em face dos novos adventos da sociedade contemporânea, a exemplo do fenômeno das *fake News* que unido às novas tecnologias compõe um duplo processo, no qual ocorre uma possível a substituição da ação pela fabricação, ou ainda, a possibilidade de uma ação fabricada e o processo de alienação da figura cidadão.

**Palavras-Chave:** Ação, Política, Cidadão, Alienação, Fake News.

## **ABSTRACT**

The present work presents as content the theme of the concept of action as a human activity, developed by the political philosopher Hannah Arendt in her work *The Human Condition*, which would be one of the determining concepts of her political thought. This research seeks to enable the reestablishment of the figure of the citizen from the concept of Action in front of the new adventures of contemporary society, such as the phenomenon of *Fake News* that together with new technologies make up a double process, in which occurs a possible replacement of action by fabrication, or even the possibility of a fabricated action and the process of alienation of the figure citizen.

**Keywords:** Action, Politics, Citizen, Alienation, Fake News.



## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO-----	7
2	AÇÃO, ATIVIDADE HUMANA FUNDAMENTAL:-----	10
2.1	<b>Ação, Atividade Humana fundamental</b> -----	11
2.2	<b>Fragilidade dos Negócios Humanos</b> -----	20
2.3	<b>Substituição da Ação pela Fabricação</b> -----	24
3	A ERA MODERNA, ENTRE VITA ACTIVA E ALIENAÇÃO-----	28
4	DOS EVENTOS E NECESSIDADES CONTEMPORÂNEAS-----	33
4.1	<b>Processos de Tomada de Decisão</b> -----	33
4.2	<b>A Verdade e o advento das fake news</b> -----	37
4.3	<b>O Brexit, Eleições Estadunidenses 2016, novas tecnologias</b> -----	38
4.4	<b>A conversação e a educação em meio à crise da cidadania.</b> -----	43
5.	CONCLUSÃO-----	52
	REFERÊNCIAS-----	55

## 1 Introdução:

O conceito de ação, como atividade humana, desenvolvida pela filósofa política Hannah Arendt em sua obra *A condição humana*, é uma das concepções determinantes de seu pensamento político. Este escrito tem por intuito conhecer o desenvolvimento do referido conceito, considerando as características fundamentais arendtianas, com o propósito de restabelecer através do conceito de ação a figura do cidadão numa sociedade democrática contemporânea, bem como o convívio sociopolítico entre sujeitos em conflitos. Entretanto, ao mesmo tempo surge à problemática se é possível ao conceito de Ação manter frente às circunstâncias sociais e políticas da atual humanidade?

Para tanto, será preciso investigar o conceito de ação, de igual modo às características da ação, são cidadania; discurso; conversação; participação da coletividade e, especialmente para o conceito de ação verificar se é eficiente para restabelecer o convívio quando aplicado grandes eventos da atualidade, nos quais se objetivou desconstrução e reconstrução da figura cidadão por meio da alienação no contexto do advento das fake news. Com este recorte será constatado as interferências de terceiros estranhos a manutenção da democracia participativa, procurando constituir um novo convívio sociopolítico, onde não existe uma comunicação democrática saudável entre os cidadãos.

O estratagema acima será também apresentado neste escrito à descoberta de um duplo processo, no qual ocorre uma possível substituição da ação pela fabricação, ou ainda, a possibilidade de uma ação fabricada e o processo de alienação da figura cidadão. A ação fabricada seria quando anteriormente tínhamos a figura do cidadão que apresentava na polis seus feitos para o bem comum na esfera pública e agora teríamos a figura do internauta que propaga fake news, neste caso está substituiria a atividade da ação e a alienação é distanciamento da percepção de si enquanto membro da sociedade, enquanto cidadão e dentre outros aspectos desse sujeito para si diante da sociedade.

Este duplo processo é o novo mecanismo utilizado no advento das fake News, inovando método do processo de mentira organizada, utilizada pelo governo norte americano durante a guerra do Vietnã, que contou com colaboradores cientistas, conhecidos como removedores de problemas, que equacionaram fatos em dados, dos quais elaboraram narrativas a serem aplicadas, para superar a verdade factual. Este método de mentira

organizada e apresentado por Hannah Arendt como composição tripla denominada como embuste, autoembuste e autoembuste interno.

A inovação alcançada pelo referido duplo processo é precisa ao abalroar às características da atividade da ação, enquanto a outrora mentira organizada procurava criar superar a verdade factual através da desfactualização, o duplo processo procura em primeiro momento uma investida contra a cidadania, ao discurso, a conversação e a participação da coletividade, para então através destas investidas num segundo momento atinjam verdade factual com maior intensidade consolidando como resultado a figura de um cidadão fabricado que convive num mundo desfactualizado.

Das características do conceito de ação, a cidadania e discurso são as mais importantes, pois estas também são características caras à história da humanidade, já estas decorrem de um longo desenvolvimento da democracia nas sociedades enquanto regime de governo, no qual é vital ao regime a participação comunicativa dos indivíduos então cidadãos sujeitos de direitos e deveres.

Nesse diapasão, fazer-se-á esta pesquisa necessária, em simultâneo a investir do conceito da atividade de ação, a também apresentação de suas características em especial a figura do cidadão nesse desenvolvimento histórico-político, considerando a organização dos sujeitos na sociedade, propriamente o que compete respectivamente a esfera pública e a esfera privada, cujos aspectos particularizados de ambas as esferas.

O exemplo da fragilidade dos negócios humanos que constata a complexidade das relações entre as pessoas, e ainda as consequências de quando uma esfera sobrepuja a outra, tal como ocorre nesse processo à substituição da atividade ação pela atividade fabricação, neste caso, determinou em grande parte os atos dos agentes na era moderna e reverberaram determinadas características da sociedade contemporânea.

Notadamente, nesta pesquisa o aspecto que mais reverbera no legado da substituição da ação pela fabricação da era moderna para a contemporaneidade é alienação da figura do cidadão, a qual é um fator do referido mecanismo do duplo processo que se firmará em eventos contemporâneos, acompanhados das novas necessidades tecnológicas contemporâneas. Assim, confirmando a necessidade de restabelecer o convívio sociopolítico tem caráter de urgência frente à debilitação democracia enquanto sistema política, o que vem

repercutindo diretamente na saúde política coletiva e seria na atividade da ação à condição humana da pluralidade, onde sujeitos convivem e habitam o mundo.

O lugar desse convívio sociopolítico não mais estaria somente nas limitações das dimensões físicas, pois com a implementação da tecnologia da internet novas possibilidades de convívios foram conhecidas e amplamente aderidas através das ditas redes sociais onde os cidadãos agora internautas passaram a estar sujeitos a uma frágil dinâmica de conversação.

Para tanto, a metodologia a ser utilizada irá delimitar a investigação do conceito de ação como objetivo geral e como objetivos específicos aos seguintes pontos: Analisar o significado da Vita Activa na Condição Humana; Identificar quais questões são próprias respectivamente da esfera privada e da esfera pública; Conceituar a atividade da ação; Identificar e compreender as características fundamentais (Revelação do Agente, Teia de Relações, Fragilidades dos Negócios Humanos, o Poder do perdão e da promessa); Introduzir noções de condições de conversação e processo de educação; Como o cidadão poderá se proteger de um discurso alheio quando não são cumpridos as condições de conversação; Procurar contextualizar os objetivos trabalhados na contemporaneidade. Assim, o presente escrito estruturará seus capítulos em alimento dos objetivos específicos atentando para o objetivo geral.

O presente trabalho recorrerá a pesquisa bibliográfica recorrendo principalmente aos livros A condição Humana, República, Entre o passado e o Futuro, Crises da República, para tentar explicar o conceito de ação enquanto atividade humana. Enquanto as demais obras irão tratar das questões da conversação vamos recorrer as obras Os ensaios: Livro III, Verdade, Universalidade e política democrática, Pós-Verdade, estas obras serão apresentadas como uma solução auxiliar ao conceito de ação para restabelecer a figura do cidadão e do convívio na sociedade, bem como dentre outros artigos científicos.

## 2. Ação, Atividade Humana fundamental:

As Atividades Humanas fundamentais segundo Hannah Arendt são três Labor, Trabalho e Ação, e as define da seguinte maneira:

[...]O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida.[...]

[...]O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último.[...]

[...]A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo.[...]  
(ARENDR, 2007, p 15)

Dentre as três atividades a ação é a única atividade humana que cuida de política, cuja prática é obrigar-se a resolver questões da esfera pública, debatendo sobre a organização da sociedade, especialmente na elaboração de leis que iriam reger o comportamento daquele corpo político, este aperfeiçoamento ocorre devido à necessidade de atender uma nova complexidade social, que não poderia mais ater-se aos costumes tradicionais como a da oralidade na administração da *polis*. Este seria o exercício desta atividade, e restrito ao Cidadão, aquele que reside na *polis*. Sendo, portanto, a Ação como uma necessidade em movimento contínuo do sujeito na figura de Cidadão. Assim, ser um Cidadão nesse contexto, seria uma manutenção da *Vita Activa*, de agir, de exercitar a política, com o intuito de realizar “os grandes feitos para a polis, a glória, seria o gozo de sua autonomia em buscar o bem-estar, o belo, mas com o abandono desta causa de viver estes não vivem. não agem, pois tão somente limitem-se condição serem determinados.”

O corpo político resulta da *vita activa* pois o corpo político seria então uma ação, um agir dos homens para o estabelecimento de uma organização, a qual está necessariamente atrelada ao ambiente onde ocorre a atividade humana, isto é, o agir político ocorre no mundo constituído homens e coisas. A referida organização pode se traduzir como uma interação entre homens, o convívio entre estes, o que é percebido numa escala maior como sociedade, não uma sociedade em que os indivíduos vivem para compor estruturas naturais da espécie, a exemplo da estrutura da família.

O corpo político é uma figuração de interação humana que não se confunde com os aspectos básicos da vida biológica, por exemplo, o “surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios*

*politikos*”, que segundo Aristóteles as atividades possíveis numa *bios politikos* são: a ação (*praxis*) e o discurso (*lexis*).

Assim, as ações políticas são capacidades humanas com as quais o cidadão poderia tratar sobre questões pertinentes à política, sem o emprego de qualquer violência, cuja nada se escuta, a “violência é muda”, enquanto para uma devida comunicação é necessário transmitir por meio da palavra.

Para os Gregos usarem da violência para comunicar-se a fim de conseguir algo para si é típico da vida privada, na qual o desejo do patriarca é imperativo na sua moradia, entre seus familiares, “eram os modos pré-políticos”. Diferentemente na polis, onde “O ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência.”, essas seriam condições para o modo de vida político numa *polis*.

## 2.1 Ação, Atividade Humana fundamental:

A vida privada para além do comando da sua morada, a noção de "privatividade" pode vir a significar nesse contexto, das esferas públicas e privadas, verdadeiramente um tipo de privação para o sujeito numa sociedade, por exemplo, o sujeito que tão somente vive na esfera privada, já que tão somente aqueles com status de Cidadão poderiam participar da esfera pública.

Esta noção de "privatividade" subjuga o sujeito a uma condição de inferioridade humana, tal concepção da vida privada não prospera para ressaltar a diferença entre as esferas pública e privada, pois na modernidade a "privatividade" ganha complexidade em seu significado ao incorporar a importância da intimidade do sujeito, a qual não se opõe a esfera pública, mas sim se revela intrínseco à esfera pública.

Uma das características da privatividade. antes da descoberta da intimidade, era que o homem existia nessa esfera não como um ser verdadeiramente humano, mas somente como exemplar da espécie animal humana. Reside aí, precisamente, a razão última do vasto desprezo com que a encaravam os antigos. (ARENDDT, 2007, p 55)

Na contemporaneidade a "privatividade" na esfera pública é reconhecida como Identidade, é nesta última que cada individualidade é relevante na composição de uma sociedade, uma estrutura social, que eventualmente será normatizada por convenções.

As convenções correspondem a uma necessidade de organização não de sujeitos, mas sim de diversificados grupos de sujeitos, que na esfera pública, traduzem seus anseios não tão somente em relações entre sujeitos, mas também para com questões mais abstratas, a exemplo da Economia, por se uma questão que atinge o grupo dos sujeitos, não se confundindo com interesse do sujeito em enriquecer, o meio de relações pelo qual irão enriquecer.

O corpo político adquire complexidade em suas ações em questões abstratas Economia; Saúde; Educação; Segurança, as quais atualmente entendemos por Políticas de Estado ou ainda comumente dito com políticas públicas. Esta complexidade de novas ações repercute diretamente na forma da sua estrutura social, especialmente, o labor, na divisão dos trabalhos.

Uma vez que o próprio princípio organizacional deriva claramente da esfera pública, e não da esfera privada, a divisão do trabalho é precisamente o que sucede à atividade do labor nas condições da esfera pública e que jamais poderia ocorrer na privacidade do lar. (ARENDRT, 2007, p 57)

Na divisão dos trabalhos como mecanismo de instrumentalização de fazeres e funções, a figura da Profissão se apresenta mais proximamente como a conhecemos atualmente, bem como novos grupos são constituídos a exemplo da Classe Trabalhadora, o proletariado, movimento o qual está consolidado na estrutura social e age conforme tomada de decisões de políticas públicas. Mas o que então seriam propriamente Esfera Pública e Esfera Privada?

Segundo Arendt o termo “público denota dois fenômenos intimamente correlatos, mas não perfeitamente idênticos”, são estes:

Primeiro tudo que se é apresentada aos sujeitos, como comumente dizemos trazer a público ou ainda levar a público, para que estes sujeitos vejam e escutem, comunicando a todos, da forma mais ampla possível a divulgação da informação. A exemplo dos ditos furos, jargão que seria a notícia em um veículo de comunicação, por meio do profissional Jornalista, que descobre um fato ao dado íntimo de uma celebridade ou qualquer figura de notória publicidade, e ainda das pessoas desconhecidas.

Nesta situação, algo que era privativo/íntimo do sujeito passa ser de conhecimento de todos, deixando de ser privativo para ser público, ainda que a percepção de cada sujeito será muito provavelmente única em relação ao que lhe é posto, desde a incompreensão das abstrações reveladas, a amizade entre dois sujeitos, ou num tema mais atual, a importância

dos sentimentos entre o determinado sujeito e seu animal de estimação, podem não ser compreendidos à luz da esfera pública.

Decerto, na esfera pública, pode ser dada uma menor importância à relação entre o sujeito e seu animal de estimação, entretanto, a situação em si pode ter grande repercussão na privada de cada sujeito, decorrente de seus desejos. Em verdade, o referido exemplo na atualidade ganhou novas dimensões de tratativas, onde políticas públicas são realizadas em prol dos animais de estimação, para os quais Agentes Públicos, sejam Vereadores que impulsionam a vacinação destes, bem como Doutos Juízes e os Supremos Tribunais decidem sobre guarda compartilhada e demais questões jurídicas. Disto isto, as situações podem se apresentar inicialmente como irrelevantes na Esfera Pública, são na verdade transitivos e não são somente uma ampliação da Esfera Privada.

Segundo o termo público também significaria “o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele.”. O público é, portanto, onde todos convivem, onde as relações entre os sujeitos se estabelecem e consolidam enquanto ações num mundo comum, sendo o desafio manter a convivência entre os grupos de sujeitos, o que pode ser percebido como “estrutura da vida comunitária”.

O termo “privado” em seu significado original para o sujeito, seria “viver uma vida inteiramente privada, significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana”, como dito anteriormente, ser submetido a uma condição de inferioridade humana, na qual não existe agir enquanto relações entre sujeitos, até mesmo compromete seu pertencimento a sua morada.

O entendimento de propriedade antes da modernidade significava:

Originalmente, a propriedade significava nada mais nada menos que o indivíduo possuía seu lugar em determinada parte do mundo e portanto pertencia ao corpo político, isto é, chefiava uma das famílias que, no conjunto, constituem a esfera pública. Essa parte do mundo que tinha donos privados era tão completamente idêntica à família à qual pertencia" que a expulsão do cidadão podia significar não apenas o confisco de sua propriedade mas a destruição de sua própria morada. (ARENDR, 2007, p 71)

Como dito anteriormente, a privatividade, já significou na antiguidade um condição humana inferior, que nesta situação o sujeito não ter uma família/morada para pertencer, não estaria em condição de igualdade com os demais, este sujeito não seria um cidadão, muito menos poderia invocar qualquer de direitos, já que somente o Cidadão pode gozar de direitos,



portanto, sua figura numa sociedade de massa, não seria outra se não de um estrangeiro ou de um escravo, em outras palavras, não interagir com outro, traduz como sua morte frente a comunidade.

Enquanto a antiguidade se preocupou com questões mais abstratas, como liberdade, polis, na alta Idade Média e Modernidade, a percepção dos sujeitos quanto à propriedade foi diferente. Tal particularidade se deu pelo momento de desenvolvimento econômico, cuja especificidade era de expansão agrícola/pecuarista, onde um governante concentrava as terras de seu domínio para si e tudo que estava sobre estas lhe pertenciam, rios, florestas, minérios, animais, construções sejam estas casas, plantações.

Esta concentração de riquezas e poder era identificado como o Feudo, no qual inclusive as questões abstratas como liberdade, direitos eram decididas por seu governante, agora, numa figura tirana. Assim, percebe-se o quão transitório pode ser entendimentos sobre do que é pertinente na esfera pública e para esfera privada, quando se tenta observar em estrutura sociais diversas, no caso a Polis e o Feudo, especialmente, acerca da propriedade privada e como cada sociedade e seu respectivo contexto histórico.

Na modernidade a acumulação de riquezas é impulsionada pela produção de bens de consumo, acompanhada por contínuas inovações tecnológicas, que resulta no que se compreende por capital. O capital seria um conjunto de bens duráveis de uma empresa, estes bens são necessários para a produção, a exemplo de máquinas, equipamentos e o estabelecimento. O que está fora deste conjunto, mas que colabora na operação da produção de bens de consumo é a força de trabalho, a qual pode vir a ser considerada como propriedade.

[...]No início da era moderna, depois que o labor livre perdeu o seu esconderijo da privacidade do lar, os operários passaram a ser escondidos e segregados da comunidade como criminosos, atrás de altos muros e sob constante supervisão. [...] (ARENDR, 2007, p 83)

A transitividade do que pertence a esfera pública ou privada, perpassa por movimentos de reestruturação social, que ora a esfera pública é eventualmente posta em segundo plano em face de interesses econômicos de privados, ou até mesmo religiosos, que num primeiro momento é posto em grande exposição na sociedade para que se transmita um sentimento de necessidade, a qual seria uma falsa necessidade, pois a necessidade incorporada é na verdade o interesse mais do que privado, tem finalidade o desejo próprio de determinado sujeito.

Seria essa a conduta da segregação de interesses e o indicativo de um novo movimento constitutivo de grupos dentro duma sociedade que podem ou não ter interesses opostos. Assim, ao mesmo tempo que a esfera privada possa de certa forma vir a inibir a esfera pública, a própria revelará sua necessidade num contexto futuro, a exemplo das mulheres e escravos que outrora não eram considerados como cidadãos, ou seja, não tinham qualquer amparo de Leis, e neste então momento, em conjunto com muitos outros homens livres, passaram a integrar no corpo político e social, se emancipam na condição de classe operária.

Sócrates em diálogo com Glauco, acerca das mulheres, admitem a possibilidade das mulheres serem capazes de realizar as mesmas atividades que homens, se estas em sua criação recebem a mesma educação dada aos homens, entretanto, essa possibilidade confrontava o entendimento dos mesmos, em dado momento, de que os homens e as mulheres tem naturezas diferentes, e assim, não poderiam executar as mesmas tarefas, ao se considerar suposta fraqueza destas e sua a gravidez, explicitando, assim, o papel controverso da mulher, especialmente se não existiria alguma atividade que a mulher possa exercê-la exclusivamente para a preservação da cidade.

A conclusão obtida é que mesmo entre os homens existem aqueles que são mais aptos e os menos aptos à determinado exercício, e da mesma maneira existem mulheres mais aptas e semelhantes aos homens aptos, sendo perfeitamente capazes de executar a mesma função, mesmo sendo mais fracas:

Sendo assim, meu caro, não há ocupação especial na administração da cidade que toque apenas à mulher, na qualidade de mulher, ou ao homem, enquanto homem, as aptidões naturais são igualmente distribuídas nos dois sexos, podendo exercer por natureza qualquer função tanto a mulher como o homem, com a diferença de que a mulher é mais fraca do que o homem. (PLATÃO, REPÚBLICA, 455e)

Haverá algumas mulheres com a aptidão necessária para preservar cidade, o que seria mais vantajoso para cidade ter ao seu serviço homens e mulheres com plena aptidão as suas obrigações, ou seja, é de interesse da *polis* o melhor a sua composição, o que lhe útil e, portanto, belo, não lhe interessando aquilo não agrega ou ainda a prejudica, o feio.

O que não poderia ocorrer são os interesses concentrarem em tão somente numa esfera, sendo necessário exercer uma maior diligência destes interesses no que pode se chamar de plataforma social, onde seus pilares são sustentados por múltiplas esferas, cuja a inibição de uma ou mais esferas repercute em eventuais conflitos, portanto, é preciso

assegurar o que se pode chamar de autonomia de cada esfera, por exemplo ao ponto de agentes da esfera pública interferir em situações da esfera privada, no caso do casamento, numa tentativa de obter cidadãos excelentes, escolhendo quais são as uniões poderiam gerar frutos mais vantajosas a preservação da cidade, desconstruindo a ideia de família, na sua estrutura pai, mãe e filho.

Sócrates então idealiza um modelo de família a serviço da preservação da cidade, legislando por exemplo que as esposas pertenceriam a todos aqueles que preservem a cidade, que aos jovens vitoriosos na guerra teriam direito a recompensas, como relacionar com várias mulheres, a fim de gerar filhos excelentes, estes filhos seriam entregues às comissões organizadas para serem conduzidos às suas funções públicas, ainda, a mulher poderá ter filhos dos vinte anos até aos quarenta enquanto o homem, até aos cinquenta e cinco anos.

Esta seria a tentativa de Sócrates lograr um feito, uma realização, ao apresentar um modelo de cidade ideal, a qual os sujeitos devem almejar, evitando ou corrigindo os vícios das cidades. Para tanto, Sócrates afirma que seria preciso que os reis e soberanos recorram a filosofia e seu devido rigor, ou ainda que os próprios Filósofos passem a reinar, sob pena do fracasso e prejuízo à cidade, que carece das coisas belas:

[...]Afirmaremos, pois, que as pessoas que enxergam muitas coisas belas, mas não apreendem o próprio belo e não podem seguir aquele que gostaria de guiá-las nessa contemplação, que enxergam muitas coisas justas sem verem a própria justiça, e assim por diante, essas pessoas, diremos nós, opinam sobre tudo, mas não sabem nada a respeito das coisas sobre as quais opinam.[...] (PLATÃO, REPÚBLICA, 479a)

No contexto da cidade ideal de Sócrates apresentada por Platão na República, a comunicação é vista como uma ferramenta essencial para o cidadão da polis. É por meio do discurso que os sujeitos expressam suas opiniões e singularidades, e é por meio da comunicação mútua que se estabelece uma compreensão comum sobre as ações que serão tomadas na esfera pública. Para Platão, a ação e o discurso são fundamentais para que os seres humanos possam se manifestar uns aos outros como homens, e não apenas como objetos físicos. É na comunicação que se revelam os dons, as qualidades, os talentos e os defeitos dos indivíduos, o que é importante para a construção de uma sociedade democrática que valorize a singularidade de cada um. Assim, para que os cidadãos possam exercer plenamente sua cidadania na polis, é necessário que tenham a capacidade de traduzir suas motivações em uma linguagem comum a todos na esfera pública, possibilitando que todos aqueles que participem dessa comunicação mútua compreendam o que está sendo anunciado, feito, fazendo e o que

será feito. A comunicação é uma ferramenta essencial para a construção e manutenção de uma sociedade democrática na Grécia Antiga, já que “[...]a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como mero objetos físicos, mas enquanto homens.” [...].

Isto posto, é na comunicação, nas suas mais diversas formas, que os sujeitos corroboram sua singularidade do Agir, (*archein*) frente aos outros seres da natureza, e com este Agir outras ordens inatas a sua singularidade, ao mesmo tempo, são reveladas por meio do discurso, a exemplo da liberdade. Tendo-se, portanto, uma necessidade do discurso, pois “[...] sem o discurso, ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras, [...]”.

[...]Esta revelação de quem», em contraposição a -o que alguém è os dons, qualidades, talentos e defeitos que alguém pode exibir ou ocultar - está implícita em tudo o que se diz ou faz. Só no completo silêncio e na total passividade pode alguém ocultar quem e geralmente, porém não basta o propósito deliberado de fazer tal revelação, como se a pessoa possuísse e pudesse dispor desse "quem» do mesmo modo como possui e pode dispor de suas qualidades. (ARENDDT, 2007, p 192)

Faz-se necessário ao Cidadão da *polis* a capacidade de traduzir suas motivações numa linguagem comum a todos na esfera pública, possibilitando que todos aqueles que participem desta comunicação mútua compreendam a palavra falada, assimilando, o que for anunciado, feito, faz e fará.

A falta dessa “revelação” do agente no ato da fala implica descaracterização dessa singularidade no Agir, prejudica manutenção do que se entende por *Vita Activa*, de exercitar a política, com o intuito de realizar os grandes feitos para a *polis* passando a ser simples atos, podendo até mesmo ser confundido com algum ato da atividade do labor ou trabalho.

Nesse sentido, segundo Arendt “[...]O que está em jogo é o caráter de revelação, sem o qual a ação e o discurso perderiam toda relevância humana.” Assim, além do conjunto necessário ao agir político na *polis*, ação e discurso, seria ainda preciso agregar o atributo da revelação, sob pena de prejuízo aos negócios humanos pela carência de fluidez da ação e do discurso, de como os sujeitos agem e falam.

A revelação é a demonstração de interesses dos sujeitos (*inter-essa*), aos quais são expostos no espaço da *polis*, efetivando uma interação comunicativa entre si, na qual seus interesses específicos, objetivos e mundanos deixam a intimidade da esfera privada e passam a ser objeto de mediação na esfera pública, esta composição é o que Arendt interpreta como

uma “teia de relações humana”, que existirá em qualquer meio, dependendo da convivência dos sujeitos, estes distintos e singulares., que pode resultar em conflitos ou não, resultando numa coletânea de atos e fatos, a qual podemos chamar de História, cujo agente é a humanidade, uma abstração em meio a materialidade das ações dos sujeitos. Assim, “[...]ação e o discurso são circundados pela teia de atos e palavras de outros homens, e estão em permanente contato com ele. [...]”.

A esfera dos negócios humanos está presente a todo momento na convivência dos cidadãos e, portanto, é diretamente afetada por revelações de seus agentes na esfera pública. É afetada pelas tomadas de decisões de governantes; líderes políticos; por leis; e das diversas instituições que existem na plataforma social, essa multiplicidade de agentes são responsáveis pelas transitividades do que é pertinente ou não à esfera pública, e sendo pertinente como esse ato pode interferir em todas as esferas. Pode-se dizer que nessa estrutura dos negócios humanos é frágil, mas é essa flexibilidade que garante a continuidade da democracia, especialmente pela sua possibilidade participação direta ou indireta do cidadão na sociedade.

Talvez o melhor exemplo dessa dualidade da transitividade é o da propriedade privada:

As cercas que inscrevem a propriedade privada e protegem os limites de cada domicílio, as fronteiras territoriais que protegem e tornam possível a identidade física de um povo, e as leis que protegem e tornam possível sua existência política, têm enorme importância para a estabilidade dos negócios humanos precisamente porque nenhum princípio limitador e protetor resulta das atividades que transcorrem na própria esfera dos negócios humanos. As limitações legais nunca são defesas absolutamente seguras contra a ação vinda de dentro do próprio corpo político, da mesma forma que as fronteiras territoriais jamais são defesas inteiramente seguras contra a ação vinda de fora. (ARENDETT, 2007, p 204)

O que se apresenta em realidade é a incerteza do que pode vir ocorrer num corpo político complexo, bem como a imprevisibilidade do ir se perfazer na História, já que o pleno significado das revelações na História de determinada sociedade somente revelará em seu termino, num compilado de todos os processos históricos e dessa experiência educar o cidadão, já que a *polis* não era tão somente um espaço físico, para os gregos a *polis* significava a convivência num espaço comum e tenha por função permitir ao cidadão a realização de uma atividade extraordinário, de revelar seus atos singulares através da palavra, o qual seria um exemplo a ser seguido por todos, bem como sanear condutas impróprias.

Assim, teríamos na *polis*, meios de apresentar soluções às fragilidades dos negócios humanos, não como um ato de tirania, mas como uma faculdade de hábito, a ser percebido

pelo cidadão a partir dos grandes feitos, do reconhecimento natural do que é melhor para si, num ambiente de convivência, afirmando sua capacidade plena de exercer o que entendemos na atualidade por cidadania.

Enquanto na Grécia Antiga a cidadania era exercida e de direito daqueles que fossem homens nascidos de gregos livres, na atualidade, o conceito de cidadania ganha uma amplitude mais coletiva, a exemplo do conceito apresentado por Dallari (p.14, 1998) “A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo.”.

O referido conceito a partir do termo pessoa acomoda a percepção de toda pessoa humana, ou seja, a humanidade, nesse sentido em realidade está a debatermos sobre Direitos Humanos. Assim, a cidadania pode entendida como movimento plural e global que almeja garantir a humanidade seus devidos direitos políticos, bem como a participação efetiva no cumprimento destes.

O conceito de ação em Arendt comporta a caracterização da cidadania, pois corresponde à condição humana da pluralidade e de que homens vivem na Terra e habitam o mundo, portanto a humanidade. Mas o que seria cidadania efetivamente para Arendt nesse contexto? Poderíamos dizer que é o “direito a ter direitos”, segundo a autora:

Só conseguimos perceber a existência de um direito de ter direitos (e isto significa viver numa estrutura onde se é julgado pelas ações e opiniões) e de um direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada, quando surgiram milhões de pessoas que haviam perdido esses direitos e não podiam recuperá-los devido à nova situação política global (ARENDR, 1989, p 257).

Segundo Benhabib (p.50-51, 2004) o significado da expressão “direito a ter direitos”, pode ser entendida da seguinte forma. Que o “direito” refere-se à humanidade, a qual exige que reconheçamos a pertencimento a algum grupo. Dessarte, o termo "direito" designa um imperativo moral, para o qual todos os seres humanos devem ser tratados como pessoas pertencentes a algum grupo e estejam sob a proteção da humanidade. Enquanto, “a ter direitos”, está condicionado e sob a proteção da humanidade de ter direito a algo quando já participa de algum grupo político, que irá garantir ao indivíduo o exercício destes, bem como os deveres e obrigações que irão decorrer desse pertencimento.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a cidadania é uma propriedade do conceito Ação, pois todas as pessoas que habitam a terra compõem o que se entende por humanidade e gozam do direito que dela advir. Entretanto, a perda da cidadania representaria um duro golpe a mais das essenciais características da vida humana, a de ser alienada da própria humanidade.

A alienação da pessoa na humanidade seria o processo de expulsão de um grupo político. Esse processo se dá pela perda de seu lar, este grupo não pode viver onde nasceu e foi criado, muito menos terá a possibilidade de ter um novo território para estabelecer-se, ou seja, não há lugar na Terra, seguido da perda da proteção de qualquer instituição pública, passa a estar na condição de apátrida, conseqüente enfrentará o desemprego legal, e eventualmente a perda da solidariedade de outras soberanias que não mais poderiam oferecer asilo.

É notória a fragilidade do status de pessoa cidadã, pois basta que um regime totalitário, através da legislação, institucionalize a segregação de pessoas, a exemplo do lema de Hitler, de que “o direito é aquilo que é bom para o alemão”, o que marginalizou o povo judeu da humanidade no então momento:

[...] para que se compreendam as verdadeiras implicações da condição do apátrida, basta lembrar o extremo zelo dos nazistas, que insistiam em que todos os judeus de nacionalidade não alemã “deviam ser privados de sua cidadania antes da deportação ou, ao mais tardar, no dia em que fossem deportados” 25a (para os judeus alemães, esse decreto não era necessário, porque existia uma lei no Terceiro Reich segundo a qual todo judeu que deixasse o território — inclusive se fosse deportado — perdia automaticamente a cidadania).[...] (ARENDR, 1989, p. 245)

## 2.2 Fragilidade dos Negócios Humanos

Como visto no capítulo anterior cidadania pode ser considerada como uma propriedade do conceito Ação, a qual é a condição humana da pluralidade, e esta assegura as pessoas humanas na figura do que seria uma espécie de cidadão da humanidade (dos homens que habitam a terra). Contudo, eventualmente, não é suficiente, para assegurar o status de pessoa cidadã numa sociedade democrática ou não, especialmente quando aplicamos o referido à atualidade, tendo em conta que o referido conceito de Ação e sua propriedade cidadania estão atrelados as Leis e Princípios de cada Estado soberano e em muitos casos não

são suficientes frente às fragilidades dos negócios humanos, inclusive aqueles que ocorrem no meio da política, desde a infeliz experiência nazista alemã até episódios recentes da atualidade como se verá adiante.

As fragilidades entoam para além da esfera privada alcançando a esfera pública, essa possibilidade se faz factível em consequência da *Teia das Relações*. Como anteriormente já visto, na interação entre os sujeitos o agente expõe o que lhe interessa que se faz por meio da fala e do agir, ou seja, da mediação entre a ação com o discurso, seja qual for o objeto de interesse, o mesmo será exposto e vinculado ao mundo das coisas, e por mais factual que seja o ato e o discurso proferido, o que se apresenta nesse espaço é o estabelecimento de relações, as quais são intangíveis.

A revelação de seus interesses é inevitável, pois esse movimento de exprimir é inerente a atividade da ação humana, a externalização do agente frente aos demais indivíduos perfaz sua identidade como sujeito dotado de singularidade e distinto de seus pares, sendo nesta contenda de singulares é que registra a constituição de uma percepção daquela realidade onde agentes compuserem uma história onde em determinado um ou mais interesses foram expostos, revelando um feito, ato extraordinário.

Outrossim é possível aos sujeitos realizarem atos extraordinários, porém também lhe ocorrem o fracasso, especialmente na figura solitária do sujeito, a do homem forte e superior que não tem as qualidades de governante, que governe para o sujeito o em movimento buscando a ação política e, dessa forma constituindo o corpo político, o malogro em realizar o referido movimento, onde o governante monopoliza o poder apresentando uma enganosa ação política.

Naturalmente, frente a constante imprevisibilidade do governante e seus efeitos na história, recorrem-se as virtudes, especificamente a virtude da moderação por ser uma das virtudes políticas por excelência, a fim de manter imprevisibilidade e irreversibilidade dos atos do governante comedidos, a um modo de estabilidade, a fim de evitar a *hubris* (excessos) no poder.

Em que pese às virtudes estejam sempre à disposição do sujeito para ajuizar suas realizações ruins, eventualmente este cederá ante a imprevisibilidade e irreversibilidade dos seus atos, entretanto, segundo Arendt, é possível recorrer a uma potencialidade da própria



ação como recurso capaz de reparar os atos equivocados, evocando o perdão seguido de promessas, essas faculdades atuam da seguinte maneira:

[...] perdão [...] serve para desfazer os atos do passado, cujos «pecados» pendem como espada de Dâmocles sobre cada nova geração; [...] [...] promessa [...] serve para criar, no futuro, que é por definição um oceano de incertezas, certas ilhas de segurança, sem as quais não haveria continuidade, e menos ainda durabilidade de qualquer espécie, nas relações entre os homens. [...] (ARENDDT, 2007, p 248)

Sem o perdão de seus atos o sujeito estaria fadado a incapacidade de prosseguir com novos atos bons, ou seja, deixaria de realizar grandes feitos, bem como de revelar aos demais seus bons interesses, portanto, não seria possível prosseguir com o recurso grego de que através da *polis*, a boa convivência, lhes permitem um ambiente adequado para dirimir adequadamente as questões públicas, sem o perdão não há oportunidade para boa convivência e assim a *polis* estaria fada ao caos social.

Faz-se então necessário compreender o que é o perdão, no Cristianismo o apresenta em efésios 4:31,32, “*Livrem-se de toda amargura, indignação e ira, gritaria e calúnia, bem como de toda maldade. Sejam bondosos e compassivos uns para com os outros, perdoando-se mutuamente, assim como Deus perdoou vocês em Cristo.*”, bem como a figura que melhor retratou o perdão na história da humanidade, Jesus de Nazaré:

[...]O descobridor do papel do perdão na esfera dos negócios humanos foi Jesus de Nazaré. O fato de que ele tenha feito esta descoberta num contexto religioso e a tenha enunciado em linguagem religiosa não é motivo para levá-la menos a sério num sentido estritamente secular. [...] (ARENDDT, 2007, p 248)

Portanto, perdão está associado à ideia basilar do Cristianismo, que é a condição de todo cristão, ser pecador, e assim, autodeclarar como sujeito pecador, portanto reconhece sua falibilidade, sua condição indigna e para sua salvação seria necessário que dotados de compaixão entre si praticassem o perdão mutuamente:

[...]O pecado, ao contrário, é evento cotidiano, decorrência natural do fato de que a ação estabelece constantemente novas relações numa teia de relações, e precisa do perdão, da liberação, para que a vida possa continuar desobrigando constantemente os homens daquilo que fizeram sem o saber. [...] (ARENDDT, 2007, p 252)

Em ato continuou ao recebimento do perdão tem-se a reação ao realizar a promessa, seria a saída do erro, das suas fragilidades para se permitir realizar algo novo, é um compromisso tanto para quem lhe deu o perdão quanto para consigo, o que também seria um momento de reflexão sobre si enquanto sujeito, assegurando uma inclinação a formação de identidade dotada boas virtudes, o mesmo ocorreria com outro agente da relação, aquele que

perdoa também desenvolve melhores qualidades, portanto as faculdades do perdão e promessa são um processo mútuo que correspondem a condição humana da pluralidade.

Contudo, o processo acima também não está salvo da falibilidade, uma vez que a superação das fragilidades só possível na ação na condição da pluralidade, e como anotado por Arendt “*o código moral inferido das faculdades de perdoar e de prometer baseia-se em experiências que ninguém jamais pode ter consigo mesmo e que, ao contrário, se baseiam inteiramente na presença de outros.*”, nesse sentido, o perdão precisada da retomada de comunicação entre pessoas, bem como uma vontade mútua que logre a satisfação da intimidade afligida. Enquanto, o perdão no Cristianismo está profundamente ligado ao amor, pois foi exigência que Jesus de Nazaré institui em Lucas 7:47 – “*Portanto, eu digo, os muitos pecados dela lhe foram perdoados; pois ela amou muito. Mas aquele a quem pouco foi perdoado, pouco ama.*” e desta forma somente ao amar lhe capaz de perdoar.

Isso posto, Arendt constata que na Cristandade que de fato é unicamente o amor pode perdoar, visto que o mesmo tem aptidão a ser acolher ao outro, sempre disposto a perdoar, independente das más ações de seu ofensor/pecador, assim, “*o amor é em sua esfera própria e estritamente delimitada*”, diferentemente do respeito que em sua “*esfera mais ampla dos negócios humanos.*”, esta última recorda a definição de amizade em razão de suas características, intimidade e proximidade, em face de outrem, tem-se uma admiração continua e a eventual carência do respeito entre os sujeitos resulta numa indiferença generalizada, seja na esfera pública ou na esfera privada, por outro lado com auxílio do respeito é possível lograr o perdão por deferência, o que ao menos num primeiro momento ocorre unilateralmente, diferente do perdão cristão onde existem uma interação mútua, ainda assim, o respeito deve-se considerar também:

[...]o fato de que o mesmo quem revelado na ação e no discurso é o sujeito do perdão, constitui a razão mais profunda pela qual ninguém pode perdoar-se a si próprio; no perdão, como na ação e no discurso, dependemos dos outros, aos quais aparecemos numa forma distinta que nós mesmos somos incapazes de perceber. Encerrados em nós mesmos, jamais seríamos capazes de nos perdoar por algum defeito ou transgressão, pois careceríamos do conhecimento da pessoa em consideração à qual se pode perdoar[...]. (ARENDR, 2007, p 254)

Para além da imprevisibilidade do perdão seja por aproximação a região ou amor, a promessa é exercida comumente pelos sujeitos em diversos momentos da história e de maneiras próprias desde a antiguidade em acordos entre privados até atualidade com tratados

entre Estados Soberanos, deste modo tem o poder da promessa se desenvolvendo na história, especialmente na política.

Pelo exercício mais consolidado da promessa é propiciado um avanço quanto a imprevisibilidade enquanto uma dificuldade da ação, Arendt esclarece que o ato de prometer decorre da inconfiabilidade fundamental dos homens, não podendo garantir que o representam no momento da promessa talvez não sejam os mesmos na manhã seguinte, ou seja não existe uma segurança na conduta do sujeito, e da impossibilidade de prever as consequências de um ato do sujeito na sociedade.

É nessa confusa relação consigo e com outrem que o homem logra manter sua liberdade, e terem consciência de seus atos, bem como as repercussões destes sustentam a pluralidade e a convivência entre si, destarte a função da faculdade de prometer é aclarar esta dupla obscuridade de inconfiabilidade e imprevisibilidade nos negócios humanos acaba por constituir um único caminho para o domínio de si mesmo enquanto sujeito e no governo enquanto agente dos interesses públicos.

Ainda assim, nesse cenário de incertezas da possibilidade de realizar promessas, mesmo que ainda sem a certeza do cumprimento destas é inevitável a uma organização, nação, ao Estado Soberano que os negócios humanos estejam limitados pela lei da mortalidade, é a única garantir que a vida esteja limitada entre o nascimento e a morte, tão somente a ação podendo interferir, não no sentido de impedir, mas de somar neste início e fim inovações, lhe sendo possível criar novas possibilidades na esfera dos negócios humanos mesmo que eventualmente falha venha ocorrer não devemos olvidar de duas características essenciais da existência humana *“a fé como virtude muito incomum e pouco importante, e considerando a esperança como um dos males da ilusão contidos na caixa de Pandora.”*

### 2.3 Substituição da Ação pela Fabricação:

Em paralelo as questões acima abordadas na convivência entre os sujeitos ocorrem outro movimento o da substituição da Ação pela Fabricação. A Fabricação seria a atividade do *homo faber*, que se entende que do emprego do trabalho sobre determinada coisa resulta na transformação em objeto mundano, nesta operação do emprego de trabalho ocorre também a instrumentalização dos atos, esse seria o processo de transformação que consistiria numa reificação, sendo também um artifício humano.

A substituição da Ação pela Fabricação tem sua notoriedade na modernidade, mas não se inicia nesta, pois já ocorre desde a antiguidade, onde diversos agentes curiosamente propendem substituir a ação com intuito de “*libertar a esfera dos negócios humanos, da acidentalidade e da irresponsabilidade moral inerente a pluralidade dos agentes*”, o que acomete num manejo em desfavor as práticas saudáveis da cidadania, ou seja, em oposição a democracia, bem como aos elementos essenciais da política de um estado democrático.

A pluralidade dos agentes pode se dizer parte do todo que constitui a esfera pública, e promover a exclusão destes agentes da esfera pública, é o mesmo que afasta o cidadão da democracia, é afastar o cidadão dos seus deveres os quais contribuem para a manutenção do convívio democrático. O resultando disto é a intuição de um governo de um único governante, que irá manter um cenário de convívio sociopolítico onde os agentes apenas cuidam da esfera privada, ou seja, apenas se obrigam das demandas de seus lares e de seus ofícios, enquanto o governante, tirano ou não, será a aquele que irá tomar todas as decisões de governo.

Dada situação a excentricidade de eventuais boas práticas de governabilidade podem vir a ocorrer quando este Soberano compreende bem suas funções, assim, exemplifica Arendt “*bondoso e indulgente em tudo como Pisístrato [...]abolir escravidão partiu de Periandro, tirano de Corinto*”, que embora sejam tidos como grandes feitos não afasta a realidade do cenário, a qual é que o agente não participa da esfera pública, e caso o tente seria este visto como um “agitador”, aquele que está contra a ordem social-política constituído na figura de um Soberano, pois o mesmo, supostamente, oferece aos governados segurança, estabilidade e produtividade.

Segundo Arendt, “Do ponto de vista teórico, a versão mais sintética e fundamental da fuga da ação para o governo ocorre em O Estadista”, onde Platão apresenta uma estrutura política onde as pessoas possam conviver numa relação entre governante e governados, essa estrutura era na verdade uma tentativa de substituir a ação através de dois modos, *achein* e *patrein*, respectivamente começar e agir, que se apresentam como duas atividades distintas onde um inicia e outro executa, um ordena e outro opera. Essa composição modifica as relações sociopolítica, ou seja, muda a *polis*, notadamente, também modifica o que se entende o que compete a esfera pública e privada e seus limites, construindo um cenário onde todos discutem os negócios da esfera pública, governado como se fossem um único agente, resolvendo as questões da *polis* como se estivessem gerenciando seu lar/ sua vida doméstica.

Segundo Arendt as pretensões platônicas vão além e almejam a substituição da ação pela fabricação, já que é nesta que “[...] *a palavra chave de sua filosofia a ideia e deve ter sido o primeiro a perceber que a diferença entre saber e executar tão alheia à esfera a ação – cuja validade e sentido se perdem no instante em que o pensamento e ação se separam*[...] tem-se o propósito de endossar sua doutrina das ideias, já que seria através da fabricação que os negócios humanos lograria uma pretensa estabilidade, estruturar um corpo político que executa suas ideias na forma de leis por entende-las como *bem* e que seria a atitude mais elevada aos interesses comuns, assim, eventualmente eliminando as fragilidades dos negócios humanos, embora sua realização não tenha sido inteiramente eficaz frente a realidade das relações humanas, pois poucas são os Estados que apresentaram algum resultados positivo nesse referido modelo de governar.

Acerca da substituição da ação pela fabricação Arendt revela preocupação das atitudes dos agentes em possibilitarem recorrer a outros instrumentos a exemplo da violência, sob o preceito de que os fins justificam os meios, faz necessário rememorar que quanto ao emprego de violência na política é desconexo com as boas práticas públicas, especialmente quando desde a antiguidade o exercício da comunicação deve ser mediante palavras e persuasão sendo uma das condições para o modo de vida político, bem como a manutenção do corpo político. E conclui o seguinte que Platão e Aristóteles foram os primeiros a alvitrar que as questões políticas, bem como os corpos políticos fossem arrazoadas pelo artifício da fabricação, o que se apresenta como contradição, ao sugerir que a política que até então seria objeto da atividade da ação, passa a ser também sujeita de interação da atividade do trabalho, constituindo uma complexidade na teia das relações humanas mais turva, que neste aspecto decerto existe uma inclinação a recorrer a fabricação para solucionar problemas dos negócios humanos.

Ainda sobre a substituição da ação pela fabricação esta opera em dois aspectos, o processo de produção termina com o artifício produzido e que esse mesmo processo é o meio de produzir essa finalidade, portanto é característica da fabricação ter “[...] *um começo definido e um fim definido e previsível, e esta característica é bastante para distingui-la de todas as outras atividades humanas. [...]*” diferentemente da ação que tem um começo, mas não tem um fim determinado.

O *homo faber* tem a sua disposição mecanismos que lhe permitem construir, destruir e reconstruir o que bem entender sem depender de outrem, sendo tão somente limitadas as

suas próprias capacidades, o que realidade merece igual preocupação é a contínua e sistemática dependência do *homo faber* ao seu próprio invento, quando se satisfaz seus desejos, ou quando este se percebe condicionado ao invento.

Ainda sobre a atividade da ação é importante destacar que a atividade da ação não deve ser vista como um meio para um fim, ou seja, como um instrumento a ser utilizado para alcançar um objetivo. Quando isso acontece, a esfera pública é desestabilizada, pois a ação deixa de ser uma expressão livre da vontade e da iniciativa humanas para se tornar um instrumento subordinado a outros fins.

Na modernidade, esse processo de instrumentalização dos atos humanos se intensificou, gerando uma projeção artificial da capacidade humana de agir. Isso acarretou incerteza e imprevisibilidade nos negócios humanos e na esfera pública, mas ao mesmo tempo, potencializou a ação, pois a imprevisibilidade permite novas possibilidades de iniciativa e inovação.

Para preservar a esfera pública e permitir o desenvolvimento livre e criativo da ação humana, é preciso compreender que a atividade da ação tem valor em si mesma e não pode ser subordinada a outros fins. Ao compreender isso, é possível valorizar a imprevisibilidade como um elemento potencializador da ação, sem comprometer a realização de objetivos comuns e a estabilidade da esfera pública. Portanto, quando isso é compreendido, é possível preservar a esfera pública e permitir que a ação humana se desenvolva de forma livre e criativa.

Esta potencialidade se constata quando a principal característica dos negócios humanos deixa de ser a fragilidade, mas não significa que esta deixa de fazer parte em situações específicas, e passa a ser a imprevisibilidade, no sentido das novas capacidades dos sujeitos em realizar novas percepções de suas relações intersubjetivas, seria portanto uma consciência dos novos processos, os quais não se sabe exatamente o seu resultado final, já que de cada “agir humano” tem-se múltiplas consequências que encadeiam infinitamente, tão somente limitado a própria existência da humanidade, novamente garantindo a continuidade do processo de agir.

Na possibilidade de fabricar a atividade da ação afastam-se muitas das recorrentes incertezas dos negócios humanos, pois teriam um ambiente de convivência donde os sujeitos

teriam a segurança de que existe uma previsibilidade daquilo que foi fabricado, pois um produto tem motivação, estando destinado a cumprir uma função projetada, um fim.

Teríamos uma pretensa *polis* programada, nesse cenário não haveria a necessidade da figura do cidadão, pois sua função seria de justamente decidir os problemas dos negócios humanos, muito menos a humanidade importaria sua função de defensora dos grupos políticos, bem como não se perceberia a necessidade da condição da pluralidade humana, nessa circunstância, em verdade, tem-se então na fabricação a inatividade da ação e a ruína da *polis* como esfera pública. Estas possíveis repercussões da *polis* fabricada é a oposição do que Arendt espera duma comunidade global que objetiva a proteção dos grupos políticos frente aos atos de tirania. Assim, poderíamos dizer que cenário acima ilustrado é efetivamente o habitat do tirano.

A ideia de os indivíduos estarem determinados a agirem de forma predeterminada por força de um projeto seja este arquitetado por um tirano ou qualquer outro aspecto do Estado Soberano, este agente governa privativamente, esse tipo de governança é necessariamente uma contradição a condição da pluralidade, pois a noção de liberdade para os indivíduos seria reduzida a tão somente ao sonhar e imaginar e sua felicidade limitada a projeto de terceiro. Este seria um processo de alienação que afeta diretamente o comportamento e como este se percebe, ou seja, a consciência do sujeito é encaminhada para uma artificialidade.

### 3. A ERA MODERNA, ENTRE VITA ACTIVA E ALIENAÇÃO:

No que diz respeito ao que se entende por Alienação tem-se em Arendt o seguinte conceito “*moderna alienação do mundo*”, que seria um movimento de introspecção, ao mesmo tempo sendo indiferente tanto para a realidade física do mundo, cuja problemática é extensamente trabalhado em sua obra *A Condição Humana*, a qual problematiza a alienação do mundo na era moderna, bem como identifica que determinados eventos repercutem diretamente na que repercutem sobre suas estruturas sociais, políticas e científicas, eventos os quais reduzem a amplitude do mundo à mente do sujeito, nesse sentido ao homem só lhe é capaz perceber aquilo que se adequa aos seus parâmetros de entendimento.

Destes eventos, em especial três grandes eventos foram determinantes, são estes “*a descoberta da América e subsequente exploração de toda a Terra; a Reforma que,*

*expropriando as propriedades eclesiásticas e monásticas, desencadeou o duplo processo de expropriação individual e acúmulo de riqueza social. E a invenção do telescópio, ensejando o desenvolvimento de uma nova ciência que considera a natureza da Terra do ponto de vista do universo.”.* Dentre os três eventos a especificidade da ciência moderno correspondido ao invento do aparato telescópio num primeiro momento aparenta ser pouco marcante em razão de sua restrita funcionalidade, a de observar os corpos celestes.

A repercussão deste evento está no desenvolvimento da percepção do sujeito no espaço, tendo desvendado sua noção de espaço muda completamente após o processo de descobrimento do novo, que através outros novos mecanismos de transportes e comunicação os locais, mesmo entre continentes opostos no globo, não são tão distantes como eram antes, a exemplo de feitos tidos como heroicos como dar a volta ao mundo passam a serem algo quase que ordinário, e como isso muda o comportamento e pensamento humano.

Cenário que é reforçado com a invenção do aeroplano ocasionou no que Arendt chama de [...]“*apequenamento definitivo da Terra,[...]isto é, de ter o homem deixado inteiramente a superfície da Terra, como que simboliza o fenômeno geral de que qualquer diminuição de distâncias terrestres só pode ser conquistada ao preço de colocar-se uma distância definitiva entre o homem e a Terra, de aliená-lo do seu ambiente imediato e terreno.[...]*”, a referida alienação do espaço donde habita como é apresentado acima é distinta da alienação identificado por Max Weber na Reforma o denominando de “ascetismo do mundo interior” na recomposição da fé cristã, bem como demais elementos em meio ao declínio do sistema feudal.

Seria então a sucessão continua de eventos que estrutura e molda a história e seus atores, na era Moderna, os eventos estão associados ao desenvolvimento, em especial países que em situação de pós-guerra, onde a preocupação/interesse é na reconstrução sistematizado num processo de produção com expectativas de acúmulo de riquezas, expectativa esta é eventualmente frustrada pelo fracasso econômico norteado “desenvolvimento quase desenfreado”, a exemplo da “*Alemanha do pós-guerra, se alimenta não da abundância de bens materiais ou de qualquer outra coisa estável e dada, mas do próprio processo de produção e consumo*”, cujo consumo constante não foi suficiente para dar vazão a produção ininterrupta.

Segundo Arendt o logro de Weber sobre as origens do capitalismo é de existir um movimento de interesses preocupados com bens, portanto riquezas, sem quaisquer ponderações em relação as necessidades do mundo, as quais são distintas do ego, nesse sentido, na era moderna, a alienação se dá em relação ao mundo. É neste direcionamento em que o acúmulo de riqueza e sua conversão capital, tendo o trabalho como combustível foi possível sustentar o que se



compreendeu como economia capitalista, bem como a constituição de uma nova classe social, a trabalhadora, a qual “*que vivia para trabalhar e comer, estava não só diretamente sob o aguilhão das necessidades da vida, mas, ao mesmo tempo, alheia a qualquer cuidado ou preocupação que não decorresse imediatamente do próprio processo vital.*”

O sujeito da classe trabalhadora estaria afastado de qualquer outra atividade senão de realizar suas tarefas laborais, alimentar e constituir familiar, o qual estaria fadado a manutenção da ordenação da referida economia capitalista, consolidando um “*processo para gerar mais expropriações, maior produtividade e mais apropriações.*”, e cada vez produzir mais que o processo anterior a custo do processo vital e do mundo. Esse processo de alienação do sujeito trabalhador no mundo pode ser identificado em dois estágios.

O primeiro foi caracterizado pela crueldade, miséria e pela pobreza material, o que apanha o sujeito da classe trabalhadora em seu atual status e a intensifica o apartando da família e da possibilidade de acumular riqueza, embora não fosse impedido de consumir. E estágio seguinte decorre da reconstrução das relações em que a sociedade passa a ser o sujeito do novo processo vital, assim, ser um trabalhador, participar duma classe social substituiu a proteção da unidade da família. E neste processo de substituição, de reconstrução social, da expropriação, do acúmulo de riqueza, encadeado por eventos, são com os quais o processo de alienação do mundo se perfaz, resultando na mesma gravidade a ruína das esferas pública e privada, na formação de uma classe estranha as questões da política, desgarrada da unidade familiar, perdida de si, confina numa função e o aliena do mundo.

Nessa senda, de um lado temos o processo de expropriação que gera constitui o capitalismo, o que movimenta e conduz a sociedade moderna de outro, em paralelo ocorre a alienação da Terra em face de ciência moderna, ambos os movimentos se têm a introspecção do sujeito em si. Não obstante a ciência moderna tenha embaciado, foi na matemática que a ciência através da álgebra que a “*moderna matemática libertou o homem dos grilhões da experiência terrestre e o seu poder de cognição dos grilhões da finitude.*”, se nota, portanto o afastamento das propriedades espaciais, a exemplo da geometria, recorrendo à álgebra como meio de entendimento do mundo no processo de introspecção do sujeito, oportunizando ao sujeito realizar novas experiências e lhe possibilitando conquistar sua liberdade.

Assim, no então momento, a principal ciência passou a ser a matemática diferentemente da antiguidade onde a filosofia era tida como primeiro e necessário para o entendimento do mundo por meio da contemplação, que somente com os olhos da mente seria possível perceber a verdadeira aparência, as como coisas no mundo como elas são. Enquanto na

modernidade o recurso contemplativo é acantado, pois seriam com o invento de novos instrumentos que o homem pode perceber, ou seja, *“Já não é o começo da filosofia, da «ciência» do Ser em sua aparência real, mas, ao invés disso, passa a ser a ciência da estrutura da mente humana.”*

Essa transição de parâmetros não é restrita a ciência da matemática a filosofia moderna também acompanha essa mudança, afinal a mesma, igualmente, está sujeita aos grandes eventos da modernidade, filosofia moderna a qual Arendt pontua sua extensão desde Descartes com o subjetivismo da filosofia moderna e também em Hobbes, perpassando pelo empirismo, o idealismo, o existencialismo fenomenológico até o positivismo lógico e epistemológico, mas a sua mudança não se deu em função dessas nova ideias, mas sim, como reiterado diversas vezes ao longo da história, é através do eventos que essa mudança ocorre, no caso, segundo Arendt *“O autor do evento crucial da era moderna foi Galileu, e não Descartes.”*, por ter contribuído com a construção de um telescópio, o qual poderia observar corpos celestes desconhecidos.

Em ato contínuo ao desenvolvimento da filosofia moderna começou com a dúvida universal, apresentada por Descartes, o que na antiguidade o espanto contemplativo cumpria com sua finalidade de entendimento das coisas no mundo, é a dúvida que na modernidade que irá impulsionar os novos pensamentos pelo processo de duvidar de si, do mundo a fim de ter certezas claras e distintas, ou de ao menos que *“ mesmo que não exista a verdade, o homem pode ser veraz, e mesmo que não exista certeza confiável, o homem pode ser confiável”* e que *“se tudo se tornou duvidoso, então pelo menos a dúvida é certa e real.”* e assim tentar superar o mundo das aparências.

É nestas incertezas do subjetivismo do homem moderno que o invento de aparatos se destaca das ideias/da razão quando ao fabricar um telescópio permite ao sujeito alcançar a realização sobre algo que até então era ator passivo e contemplador. Em que pese a fabricação de novos aparatos oportunize ao sujeito novas experimentação podendo este criar e agir ilicitamente em seu imaginário *“infelizmente, a aprisionar o homem — e agora com muito mais eficácia — na prisão de sua própria mente, nas limitações das configurações que ele mesmo criou.”* não será suficiente para libertar dos limites da sua mente, não tendo mais condições de ter certeza da complexidade do mundo.

Desse processo de introspecção, bem como da alienação do mundo repercutem no regaste da atividade de agir, pois seria essa a atividade humana que cuida de política, cuja prática é propriamente o pensamento político e o exercício desta atividade é restrito ao Cidadão, aquele que reside na polis. Sendo a Ação como uma necessidade em movimento contínuo do sujeito na

figura de Cidadão. Assim, ser um Cidadão nesse contexto, seria uma manutenção da *vita activa*, de agir, de exercer a política, com o intuito de realizar “os grandes feitos para a polis, a glória, seria o gozo de sua autonomia em buscar o bem-estar, o belo, mas com o abandono desta causa de viver estes não vivem. não agem, pois tão somente limitem-se condição serem determinados.”

O corpo político resulta da *vita activa*, pois o corpo político seria então uma ação, um agir dos homens para o estabelecimento de uma organização, a qual está necessariamente atrelada ao ambiente onde ocorre a atividade humana, isto é, o agir político ocorre no mundo constituído homens e coisas. A referida organização pode se traduzir como uma interação entre homens, o convívio entre estes, o que é percebido numa escala maior como sociedade, não uma sociedade em que os indivíduos vivem para compor estruturas naturais da espécie, a exemplo da estrutura da família.

Entretanto, é na fabricação na figura do *homo faber* aquele que faz o objeto manualmente, essa caracterização importa visto que tudo aquilo que é fabricado ratifica sua identidade, embora seu trabalho no contexto do desenvolvimento desenfreado norteado pelo modelo econômico capitalista limita o sujeito afastando-o do agir, afastando como já dito anteriormente até da unidade familiar, o sujeito é uma classe, é desvinculado até mesmo da sua percepção como indivíduo humano, restando nesse processo vital a força natural da sobrevivência da espécie animal humana, estando as atividades reduzidas em função da manutenção do trabalho, ação reduzida a produção e está última reduzida ao trabalho, seria assim automatização e o fim da individualidade.

Mesmo diante desta aparente trajetória desastrosa da era moderna que prometeu uma ciência inovadora culminou num sujeito moderno opaco e deslocado da *vita activa*, Arendt em meio a esta distopia moderna é possível ainda pela atividade da ação na comunicação, nas suas mais diversas formas, que os sujeitos corroboram sua singularidade do agir, frente aos outros seres da natureza, e com este Agir outras ordens inatas a sua singularidade, ao mesmo tempo, são reveladas por meio do discurso, a exemplo da liberdade. Tendo-se, portanto, uma necessidade do discurso, pois “[...] *sem o discurso, ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras, [...]*”.

O que se apresenta é um duplo processo no qual a substituição da ação pela fabricação repercute na possibilidade de uma ação fabricada e o processo de alienação do sujeito nesse contexto, onde mesmo é distanciado da sua percepção de si enquanto membro da polis e dentre outros aspectos desse sujeito para si diante da sociedade. Faz-se necessário

apresentar exemplo em posso identificar esse duplo processo, bem como apurar suas consequências.

#### 4 DOS EVENTOS E NECESSIDADES CONTEMPORÂNEAS:

##### 4.1 Processos de tomada de decisão

Arendt, em sua obra *Crises da República*, dedica no capítulo primeiro, *Mentira na Política – Consideração sobre Documentos do Pentágono*, uma análise sobre os métodos que o governo dos Estados Unidos que utilizaram para administrar as repercussões de suas decisões durante e após a Guerra do Vietnã, especialmente quanto alinhamento organizacional, o qual procura definir metas e os objetivos, que visam preservar metas e objetivos, os quais são extremamente importantes nos processos de tomada de decisão de Governo, para que sejam cuidadosamente planejados e projetados, bem com as implicações dessas decisões na sociedade na esfera pública.

Os processos de tomada de decisão, não podem carecer de uma planificação a cada situação a que se apresente, seja esta adversa ou não, a exemplo de uma, guerra; crise econômica; contratos nacionais e internacionais; pactos; entre outras situações, a fim de que preserve as metas e objetivos do Governo, ou ainda, que os processos de tomada de decisão minimizem o impacto caso não seja possível resolvê-lo, minorando os prejuízos a conduta do Governo.

Para a manutenção destes processos de tomada de decisão o Governo irá recorrer a agentes, Arendt os referencia como (2017, p.19 apud SHEEHAN, 1971, p. XIV) “*resolvedores de problema profissionais*” e os caracteriza do seguinte modo, *in verbis*:

Os resolvedores de problemas são caracterizados como homens de grande autoconfiança, que "raramente parecem duvidar de suas capacidades de prevalecer", e trabalhavam juntos com membros das forças armadas de quem a "história nos diz que 'eram homens acostumados a vencer' ". Não devemos esquecer que ao empenho dos resolvedores de problemas na introspecção imparcial, raro entre tais pessoas, devemos o fato de terem sido frustradas as tentativas dos protagonistas de se esconderem atrás de uma cortina de sigilo autoprotetora (pelo menos até terem completado suas memórias - o mais enganoso gênero literário de nosso século). (ARENDR, 2017, p.19)

Estes resolvedores de problemas eram integrados ao Governo para endossar narrativas defensivas, as quais muitas vezes não passavam de pensamentos fantasiosos e/ou o uso de uma sistemática para avaliar os riscos, reverter ou amenizar estes riscos, sempre tendo como finalidade preservar as metas e objetivos do Governo. Ocorre que, as soluções apresentadas pelos Resolvedores de Problemas em muitas ocasiões revelam-se como declarações falsas, as quais Hannah Arendt as identifica como (2017, p.14)“*embuste; autoembuste*”; autoembuste interno.

Revelando que a natureza humana quando precisa agir em prol de uma determinada finalidade, especialmente entre os dirigentes políticos, preferem entender que a verdade sobre alguma situação está sujeita a flexibilidade, o compromisso com a verdade não era exatamente uma prioridade entre as virtudes da política, e que na contramão desse compromisso, a mentira foi e é uma ferramenta muito utilizada pela política e que o uso da mesma era justificável.

Ainda, a fim de sustentar uma determinada tomada de decisão por meio da mentira é perfeitamente possível nessa sistemática negar qualquer fato por meio de outras mais mentiras, as quais eram fundadas em informações incompletas ou apenas imaginações. Nesse sentido, o político, através de encadeamento de mentiras organizadas, calculadas pelos resolvedores de problemas, negam deliberadamente a verdade dos fatos, estabelecido dentro do meio político, e na perspectiva de Arendt esse agir na política (2017, p.16) traduz da seguinte forma “*A veracidade dos fatos nunca é forçosamente verdadeira*”.

Segundo Hannah Arendt existem duas variedades de mentira: A primeira variedade seria dos responsáveis pelas relações públicas do Governo, que se vale de inventividades repercutidas através de propaganda, com o intuito de estimular o consumo da mentira ao público interlocutor, sendo esta vítima de eventuais manipulações. A segunda variedade, já mencionada, seriam os resolvedores de problemas, sujeitos distintos, inteligentes, que não viam na Política nada além de uma espécie de relações públicas, nem sequer julgavam o conteúdo, mas apenas calculavam as repercussões daquele conteúdo frente às tomadas de decisão.

Neste mesmo giro, Hannah Arendt, descreve o quão peculiar eram os resolvedores de problemas, *in verbis*:

[...] orgulhavam-se de serem "racionais", e realmente o eram, num grau assustador acima do "sentimentalismo" e no amor pela "teoria", o mundo do esforço mental puro. Eles estavam ansiosos por descobrir fórmulas, de preferência expressas numa linguagem pseudomatemática, que unificassem os mais disparatados fenômenos com os quais a realidade se apresentava; ou seja, estavam ansiosos por descobrir leis pelas quais explicar e predizer fatos políticos e históricos, como se fossem tão precisos, e portanto tão seguros como os físicos acreditavam que fossem os fenômenos naturais antigamente. [...] (ARENDDT, 2017, p. 20)

A missão dos resolvedores de problemas além de sistematizar os fatos também era de reorganizar a verdade dos fatos através da desconstrução dos fatos, os quais fossem prejudiciais as decisões tomadas pelo Governo, o que era uma tarefa realmente desafiadora já que retirar da História um fato que ocorreu e que diversos interlocutores tiveram acesso, por meio de transmissões via rádio, publicações em jornais, programas televisivos, dos fatos que vinham a ocorrer. Assim, dificilmente a manipulação de opinião planejada pelas duas variedades de mentira lograria desconstruir um fato, Arendt constata (2017, p.21) “*A verdade é que isto não pode nunca ser feito nem pela teoria nem pela manipulação da opinião como se um fato pudesse ser removido do mundo simplesmente porque gente bastante acredita na sua não existência.*”, desta forma seria preciso uma ação destrutiva ampla a fim de alcançar todos os níveis de recepção. E exemplifica, *in verbis*:

[...] Para eliminar o papel de Trotsky na história da Revolução Russa, não basta matá-lo e eliminar seu nome de todos os registros russos, pois não se pode matar todos os seus contemporâneos nem exercer controle sobre as bibliotecas e arquivos de todos os países do mundo. (ARENDDT, 2017, p.22)

Seria na Propaganda Governamental que essa ação destrutiva tentaria reorganizar os fatos, mediante uma calculada serie de embustes, na figura de declarações públicas, sempre superotimistas, e os relatórios verídicos da comunidade da inteligência, que resultam no autoembuste dos interlocutores, bem como, em determinadas situações surreais que Arendt integra processo da mentira organizada (2017, p.38 apud ELLSBERG, 1971, p. 263) “autoembuste interno”, que modifica a linearidade do procedimento do embuste para o autoembuste não fosse mais necessário, já que o Governo tinha como certeza inabalável de suas tomadas de decisões, convictos que as manipulações das relações públicas logriariam uma mudança da opinião pública.

Com este mecanismo que o Governo e seus dirigentes públicos, habitantes de uma realidade paralela, de um mundo desfactualizado, por meio da propaganda das relações públicas, objetivam transpor essa realidade desfactualizada, sobre a realidade na qual o cidadão vive. Assim, diante da realidade justificada e validada por meio da propaganda, o

Governo alcança as metas e objetivos realizados, não importando seus meios e sim, tão somente, seus fins.

Em que pese Arendt ser assertiva ao afirmar que o fato não pode ser substituído por outro já que a consciência das pessoas, que vivenciaram o determinado fato preservam em sua memória aquilo que ocorreu, Arendt, talvez por dar um maior enfoque a questão principal de “Como ousam?” querer manipular os fatos, olvida que embora certos dirigentes políticos procurassem transpor uma perspectiva ficta, os resolvidores de problemas buscam principalmente calcular os melhores resultados e não necessariamente o melhor resultado, e com base em cada resultado novos cálculos são realizados e assim lograr uma aceitação dessa pretensa verdade factual por uma maioria de sujeitos numa sociedade democrática, pois é esta maioria que garante a manutenção do governante.

A referida prática permite ao tomador de decisão realizar manutenções em sua narrativa, fazendo com que exista sempre uma continuidade que compele o sujeito a sempre apreender mais e mais mentiras. Nota-se que reconstrução da verdade factual tem como um dos seus objetivos construir uma nova esfera pública onde as informações, os saberes, já estão estabelecidos, até mesmo a forma da conduta quando expor suas opiniões, ideias, feitos.

Nesse sentido ocorre uma alienação do sujeito de sua realidade factual donde teria plena capacidade de participar da vida pública e é extraído para outro plano factual ficto, onde a autonomia comportamental do cidadão deixa de ter propósito, que é em conjunto com outros mais pares, através das conversações virtuosas, logrem a melhor possível convivência entre os mesmos, assim, sua figura serve á outras motivações, sendo transformando num instrumento de política social, fabricando e reconstruindo a atividade humana da ação através do sujeito.

Este foi o retrato político norte americano no recorte histórico da guerra do Vietnã a instrumentalização de uma atividade humana através dos próprios cidadãos, transplantados de uma *polis* a outra “*polis ficta*”. No século XXI esse processo duplo da instrumentalização da ação e alienação, ocorre para além “mundo real” (um mundo das relações tradicionais até a década de 70) tem-se um novo aspecto na teia das relações humanas o mundo virtual, e é neste que essa sistemática se aperfeiçoou com um novo elemento nessa equação, as *fakes news*, que seriam processo de degeneração do conhecimento: um constante retorno à obscuridade da ignorância, do não saber.

## 4.2 A Verdade e o advento das *fake news*

Esse novo elemento tem suas peculiaridades em razão com contexto social do século XXI, em parte do movimento pós-modernismo sendo uma influência no estímulo a crítica da Verdade passou ser objeto de dúvida.

Richard Rorty em seu livro Verdade, Universalidade e política democrática aborda as subjetividades da Verdade numa política democrática ao tratar das práticas sócias de relacionamento e comunicação, atentando para uma filosofia democrática, a qual tem por objetivo analisar outras questões mais práticas e necessárias a sociedades contemporânea, nestas finalidades será preciso suspender a percepção de Verdade mais platônica, onde a ideia de Verdade, são tidas com ideias puras, ideais universais e eternas, que estão além do sensível.

Nesse sentido, o entendimento rombudo sobre a ideia de “Verdade Absoluta” pode ser que não seja tão mais é interessante ao contexto de uma sociedade contemporânea, o que nos impulsiona a entender a opinião com outros olhares, uma opinião dotada de justificação. Mas, realmente, a Verdade Universal não interage com a política democrática?

A sociedade democrática, especialmente num Estado onde se tem a República Presidencialista, um governante eleito pelo cidadão, como forma de governo, o qual teoricamente preocupa-se em atendê-la ao interesse geral dos cidadãos, procurando preservar princípios gerais, como o da igualdade, que seria, de forma ampla, o que é dar tratamento isonômico às cidadãos traduz tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades; Seria então uma universalidade na preservação dos direitos reservados e preservados a vontade da maioria, está não fixa, já que num regime democrático, numa República, há um ciclo poder político. Então, numa sociedade democrática lhe importa um entendimento comum sobre algo, uma opinião pública. Nesse aspecto existe uma correlação entre a política democrática e a universalidade, mas uma universalidade prática.

Uma sociedade democrática depende do livre exercício da liberdade, com a qual os sujeitos desta sociedade logram o esclarecimento político, para o meio de uma estruturação educacional adequada. Desde logo, podemos afirmar que os governos que adotam sistemas totalitários não lhes serão possíveis o exercício do livre pensamento advindo do cidadão, de uma sociedade, conseqüentemente não haveria o que dizer também sobre igualdade entre os



sujeitos, já que o referido sistema governamental não oportuniza nem estabelece diálogo com o representado, no caso o cidadão. Mas sim, uma estruturação por hierarquia, na qual uma verdade absoluta é irradiada daquele reserva e restringe o poder político em sua própria figura, personificando a ideia de verdade universal em si.

Assim, para uma sociedade democrática lhe interessa mais uma universalidade prática em convergência com a opinião pública justificada, do que uma verdade universal, é nesse mesmo sentido que Rorty afere ao logocentrismo, como um movimento demasiado dependente da racionalidade, de uma verdade universal:

[...]somente uma atenção exagerada à declaração de fatos faria alguém pensar que uma alegação de validade universal é importante para a política democrática. Ainda mais genericamente, o abandono da ideia logocêntrica de que o conhecimento é a capacidade distintivamente humana deixaria espaço para a ideia de que a cidadania democrática é mais adequada a tal papel. Esta última é aquilo de que os seres humanos deveriam mais se orgulhar, e que deveriam tornar central para nossa autoimagem[...]. (RORTY, 2005, p. 38)

Em que pese à opinião democrática tenha como melhor objetivo a manutenção da República, de um governo democrático, existe um movimento da atualidade, denominado pós-verdade, no qual o fenômeno das *fake news* surge, bem como ameaça a importância e a necessidade da opinião pública.

A ascensão da pós-verdade nos últimos seis anos, surge como um movimento no mundo entendido como, segundo D’Ancona (2018, p.14) “*apelos à emoção, a crença e a ideologias têm mais influências em moldar à opinião pública que os fatos objetivos*”, que no mundo, logrou conduzir debates políticos e influenciar decisões de governo, a exemplo das decisões parlamentares da União Europeia durante o Brexit.

#### 4.3 O Brexit, Eleições Estadunidenses 2016, novas tecnologias

O Brexit foi um termo apresentado por Peter Wilding, que lecionou direito na EU, formulou o referido termo numa combinação de *Britain* e *Exit* em 2012, ou ainda popularmente entendido como o divórcio entre o Reino Unido e a União Europeia, sendo propriamente uma mobilização para saída ou permanência do Reino Unido da União Europeia, repercutindo em protestos e debates governamentais, resultando na realização do referendo popular em 2016 tendo a maioria simples dos eleitores votaram por o Reino Unido

deixar a União Europeia. E em 2020 finalizando os acordos que efetivaram o referido desligamento.

O progresso Brexit foi impulsionado por *slogans*, na opinião de D’Ancona (2018, p.20) “*eram comprovadamente não verdadeiros ou enganosos, mas também comprovadamente ressonantes.*” que trazem à tona a paixão, os sentimentos das pessoas e suas opiniões e reações, sendo estas as circunstâncias adequadas para aqueles que desejam usar do artifício do embuste para convencer o outro de que sua decisão é a correta, que do contrário estará sujeito a um mal. Tome-se como exemplos, o Brexit, quando alegado que a União Europeia não é saudável para a economia inglesa; que uma crise nesse bloco econômico iria afundar o País, que os estrangeiros, os tidos como não-ingleses estão deturpando o estilo de vida britânico.

Observa-se que a estratégia do duplo de processo da ação fabricada e o processo de alienação procura reestruturar determina composições da *polis* sendo a principal a convivência entre os sujeitos, a qual é transformada pela incorporadas nos sujeitos através dos *slogans*, a exemplo do “*Let’s take back control*” cuja tradução seria algo próximo ao seguinte sentido “Vamos retomar o controle” levando questionar tomar o controle do que? De quem para quem?

Com a integralização do Reino Unido na União Europeia a sociedade passa a ter uma nova composição social de sujeitos de diversos origens, franceses, alemães, espanhóis, ingleses, belgas, gregos, portando indivíduos de culturas e costumes diferentes convivendo num mesmo espaço, uma vez todos são Cidadãos europeus, eventualmente repercutiria em estranhamento e conflitos, no caso os ingleses que foram impulsionados por um discurso xenófobos, que os não-ingleses que ao conviver na *polis* inglesa estaria interferindo no modo de vida inglês, seja nos costumes, na economia, segurança.

Um dos agentes de governo responsável por esse discurso era o então primeiro-ministro britânico Boris Johnson que representou um posicionamento mais extremista do Brexit, não aceitando acordos na saída do Reino Unido da União Europeia, o criou tensões dentro do Parlamento, com muitas pressões do Partido Conservador conduzindo eleições que compuseram uma maioria de conservadores os quais coordenaram as negociações do Brexit a um modelo mais favorável ao Reino Unido.

Vê-se que o duplo processo no caso em tela, na ação fabricada dentro esfera pública inglesa através do Parlamento, no então momento de maioria conservadora, que se utiliza de

*slogans* para mobilizar a opinião na *polis* e em paralelo o processo de alienação do cidadão quando após o referendo o mesmo não participa das negociações de acordos, as quais o cidadão não participa e são as que mais atingem o convívio na esfera pública.

A aceitação destes discursos pelos sujeitos se dá também por dois motivos, o primeiro pelo medo, a maioria dos sujeitos tende a aceitar decisões externas para se sentirem seguros ou ainda para eximir de responsabilidades futuras; e o segundo, a perda da confiança para com os antigos dirigentes, especialmente na política, o uso contínuo da mentira e a falta de impunidade desacreditaram o cidadão, e o afasta da esfera pública. Ainda, o comportamento dos sujeitos deve-se também em grande medida do desenvolvimento da tecnologia e da evolução da Internet, no mundo, e como meio de propagação desenfreada das *faks news*.

Associado a esses vetores, a internet consolidou no espaço virtual de comunicação o *locus* para a propagação de informações. Deve-se ainda considerar que a internet tal como a conhecemos passou por um grande processo de desenvolvimento tecnológico durante o fenômeno da globalização, a qual foi o responsável pelo movimento inicial das mudanças, mas especificamente uma nova era da tecnologia de informação, centro das diferentes formas de transformações sociais. Esse novo espaço dito virtual aliena não somente o diálogo das questões da esfera pública discutidas na *polis*, como também a própria *polis*, o cidadão está convivendo no espaço virtual.

Essa nova ferramenta tecnológica foi desenvolvida nos Estados Unidos em 1960, a princípio como um projeto militar, mas em razão da sua extrema utilidade quanto à sua liberdade de produção e comercialização, a mesma teve sua distribuição aberta à sociedade em 1987 num modelo comercial.

A partir dos anos 2000 o acesso à internet foi popular nos países desenvolvidos e também chegava aos países ditos emergentes, o que propiciou um novo espaço de consumo de informações, e que também impulsionou a inovação dos veículos de mensagens, notícias, cultura, ou seja, qualquer informação que pudesse ser transmitida. Isto afetou diretamente o comportamento da população, e que vem continuamente sofrendo mutações, conforme o grau de conhecimento e nível de informação absorvida pelos indivíduos.

A referida tecnologia tem por objetivo criar vários ecossistemas, e o mais expressivo destes é na comunicação, através das redes sociais, a exemplo do Facebook, Twitter;

Instagram; YouTube; Whatsapp, substituíram em certa medida, a mídia tradicional (jornais, rádio e programas televisivos), mas não no sentido de deixar de consumir, mas está última deixou de ser meio principal de acesso a determinada informação no aspecto do primeiro contato, e é inegável através de outra tecnologia auxiliar, a exemplo do *smartphone*, para registro em tempo real do fato/informação e pulverizar nas rede sociais, podendo outros internautas replicar essa informação de muitas formas e métodos.

Na atualidade dificilmente um sujeito não tem acesso internet através de uma *smartphone*, portanto mostram-se como veículo democrático, os internautas têm acesso a uma infinidade de informações, as quais podem ser propriamente conhecimento devidamente analisado, verificado e validado por cientistas ou simplesmente textos, imagens, vídeos enviados a estas redes sociais por qualquer indivíduo. E é neste contexto de grandes transformações, de novos hábitos, que as fakes *news* surgem e são propagadas por diversos meios de comunicação.

Na última década uma infinidade de novos espaços virtuais foi criada dentro da rede de internet, os denominados websites, de múltiplos conteúdos e finalidades. Os websites, nos quais mais se veiculam as fakes *news* são pretensas notícias, impulsionados por pseudos-jornalistas/comentaristas. Estes, por sua vez, para propagar suas matérias utilizam as redes sociais para compartilhar este material.

É nesta logística de informações que, por exemplo, os *slogans* pro-Brexit mobilizaram a opinião na *polis* britânica, sendo que esta opinião pública não é uma espontaneidade social os discursos como “*Let’s take back control*” ou ainda como na experiência norte americana em 2016 onde o então presidenciável Donald Trump utiliza no *slogan* de sua campanha eleitoral a expressão “*Make America Great Again* (faça a América grande de novo)”, o referido *slogan* atrai ao cidadão uma memória afetiva norte americana de outro discurso muito enraizado na respectiva cultura o “*American Dream*” (o sonho americano), que seria a promessa de liberdade e prosperidade, é o mesmo tom ocorre com os ingleses, em resgatar uma ideia de Inglaterra de outrora, a superpotência.

O impulsionamento por compartilhamento ocorre em duas etapas, a primeira se dá na exposição do material ao internauta; na segunda etapa o internauta compartilha nas redes sociais, as quais este utiliza para expor aos seus amigos, familiares e outros diversos contatos que interagem na mesma rede social. Eventualmente, o internauta em razão do hábito, passa

não mais aguardar que o editor lhe encaminhe o material e, ativamente, busca o material diretamente no website do editor.

A comunicação via internet foi impulsionada com o melhoramento das conexões de rede, a exemplo do 3G, 4G e neste momento o 5G, com velocidade de transmissão de dados superior a cada geração e o aparato tecnológico, o aparelho celular, no qual o internauta utiliza para ter acesso ao ambiente virtual. A título de exemplo, segundo o IBGE 79,3% da população brasileira em 2018 possui um aparelho, sendo que atualmente existem mais de 400 milhões de aparelhos em uso para 211 milhões de habitantes, segundo a FGVcia, em 2020.

Quanto ao perfil do internauta, esta figura é um dos principais motivos das *fake news* terem tanta facilidade em propagar rapidamente. A população mundial nesses últimos 20 anos não foi devidamente preparada, não foi educada, para usar devidamente a internet, especialmente nas redes sociais, talvez não fosse nem possível promover esta educação a tempo, já que a velocidade em que a tecnologia das comunicações em geral se desenvolve é superior ao processo de educação virtual.

É preciso saber como consumir esse novo produto, como o fazemos ao ir num supermercado e preferir um marca em detrimento da outra por saber que esta outra não tem boa procedência, de forma similar deveria ser feita ao receber um material virtual, deveríamos questionar quem o escreveu?; quem o publicou?; onde o publicou:, quando foi publicado?; o motivo do compartilhamento?; são questionamentos necessários e básicos que qualquer internauta deve considerar ao consumir qualquer conteúdo advindo da internet.

É nessa carência que bilhões de internautas imbuídos de emoções, tristezas, curiosidade e vários outros sentimentos, se permitem que um suposto livre pensamento lhe seja apresentado por uma notícia opinativa seja compreendida e apreendida como verdade, e em certa medida a notícia opinativa o instiga a reavaliar as ideias já consolidadas em sua prévia jornada de aprendizado. A conjuntura em que a sociedade do século XXI é de tamanha preocupação que malmente os indivíduos conseguem lidar o espaço virtual das redes sociais e do que está por acompanhar junto a estas e já nós somos apresentados uma novidade do espaço virtual da internet que é o Metaverso.

O Metaverso seria um universo paralelo, onde se tem uma hiper-realidade, ou seja, o sujeito é levado ter uma experiência de extrema imersão sensorial através de um aparato tecnológico, no caso óculos espacial, portanto, uma simulação dos sentidos e neste novo

mundo virtual lhe é possibilitado realizar suas atividades ordinárias tal qual as fazemos em nosso dia a dia.

Teríamos uma realidade aumentada onde a presença física dos sujeitos seria substituída por avatares, modelações em três dimensões. E este avatar, que inclusive não necessariamente corresponderá fenotipicamente ao seu usuário, irá fazer compras, provar roupas, comprar alimentos, comprar objetos duráveis e não duráveis, teremos lojas virtuais de diversos varejistas, como por exemplo a o Varejista Magazine Luiza que tem intensamente investido nessa sociedade cibernética e novamente não necessariamente para o usuário propriamente, estes consumos serão direcionados, também ao próprio avatar, é literalmente comprar e alimentar o bonequinho virtual.

No Metaverso, o duplo processo vai para muito além da fabricação do agir político através do sujeito ou da alienação do papel de cidadão, mas sim um descolamento demasiado profundo da individualidade de cada sujeito e transpondo-o á uma experiência de convívio que potencializa as fragilidades dos negócios humanos, sequer se importar com noção de esfera pública e esfera privada e suas atividades próprias, é um risco a sanidade intelectual do sujeito, o assim como os algoritmos de pesquisa online procuram nos apresentar aquilo que desejamos consumir, o metaverso o mesmo fará e o usuário irá vivenciar naturalmente uma realidade paralela modela para o mesmo.

Diante destes fenômenos sócio-políticos, as experiências Norte Americana e Europeia são mais do suficiente para deduzir que a outrora mentiras na política ganham no século XXI novas proporções mais complexas, especialmente com o advento das *fake news* se dissemina rapidamente no meio virtual das comunicações, especialmente quando a polis não foi devidamente preparada para esta nova dimensão de convívio, e se não possibilidade de convívio significa também dizer que haverá um continuo empobrecimento da prática do conversar, onde existe democracia sem diálogo? Eis a importância da prática da conversação.

#### 4.4 A conversação e a educação em meio à crise da cidadania.

A relevância da conversação que segundo Michel de Montaigne seria “o mais proveitoso e natural exercício do nosso espírito” e que tal prática seria a mais benéfica ação na vida dos sujeitos, pois diferentemente de uma prosa onde vizinhos falem sobre o quão verde são suas gramas a conversação oportuna o aprendizado mútuo, em razão de que a conversação seria uma disputa entre “*almas fortes*”, donde ambos os sujeitos utilizam de

seus melhores argumentos para contradizer o outro, um estimulando mútuo de boas ideias.

Entretanto caso essa disputa não ocorra entre “*almas fortes*” Moutaigne é atento ao sustentar que “não se pode dizer o quanto ele perde e degenera pelo contínuo comércio e convívio que temos com os espíritos baixos e enfermiços”, é talvez o caso de uma conversa eivada por *fake news*.

Para tanto, para Moutaigne para a realização duma conversação digna seria necessário estar de acordo com *condições da conversa*, as *maneiras do dizer*, levando em consideração o problema da ordem, da prudência e do dizer de modo satisfatório. Seriam as *condições da conversa*: a postura dos interlocutores, com honestidade e sem emprego de violência; Superioridade da Conversa, falar é mais importante que escrever, é na fala dos sujeitos que estão comunicando diretamente um com o outro e dizer entre si suas ideias, bem como virem a ser confrontados, obtendo experiências únicas de aprendizado, diferentemente de um texto escrito, onde há somente uma pessoa lendo registros de um desconhecido.

Tipos de Conversa são estas a disputa erística, uma competição sofisticada entre filósofos, adulação, tão somente elogios a outrem e o meio termo, seria o melhor “modelo” de conversa, que seria algo entre disputa erística e a adulação; Economia da Conversa trata-se sobre o que/coisa a ser conversada e as pessoas que propriamente conversam.

Quanto das *maneiras de dizer*: o problema da ordem, alerta a forma como que os sujeitos conduzem suas ideias na conversão, não buscando a posse da Verdade, pois somente com uma conversação honesta é que os sujeitos podem alcançar a Verdade; a prudência seria o erro de julgar os sujeitos por sua aparência; jurisdição interna é a empatia que o sujeito deve ter com outro ao sopesar que ambos já experienciaram, em dado momento, aflições, as quais certamente não desejam reviver, portanto numa conversação não há espaço para a crueldade e do dizer de modo satisfatório é que numa conversão necessita-se de outrem para estabelecer uma comunicação, dizer algo a outrem, sendo que nesta fala deve-se ter em apreço todos os aspectos acima descritos.

A mentira organizada agrega novas proporções e motivações, inovando-se no que conhecemos por hoje de *fake news*, a qual rompe com as condições de conversação e a maneira de dizer. Sequer os sujeitos estão presentes para falar entre si, em muitos casos o contato ocorre por meio digital, por redes sociais ou mecanismos de mensagens, ou seja, por

textos virtuais. O ambiente de comunicação digital não tem preocupação com a jurisdição interna, já que empatia foi consumida por um desejo insaciável em ser aquele que diz o que entende por Verdade sem qualquer justificação de suas afirmações, a este o pertence e não tem qualquer pretensão de se quer escutar o contradizer de outrem, o que repercute diretamente na forma como o sujeito compreende a opinião de pública, uma carência de sensibilidade democrática, de exercitar uma cidadania comunicativa, esta é a deficiência da atual sociedade, que é marcada pelo esquecimento do dever em preservar o seu bem estar social.

Nota-se que o discurso neste contexto é de um poder comunicativo impositivo, que exerce forte influência sobre os sujeitos que agem, se o discurso está prejudicado por intervenção de terceiros estranhos a autenticidade da vontade do cidadão, ou seja, se existe terceiros que se utilizem, por exemplo, da mentira organizada e seus embustes; dos mecanismos das *fake news* para então imprimir uma ficta motivação não poderíamos sequer confiar uns aos outros porque em realidade não estaríamos sendo nós mesmos, estamos a estar sujeitados por uma poder alheio. Outra vez o duplo processo da substituição da ação pela fabricação (ação fabricada) e o processo de alienação se apresentam como fator fatal as relações humanas. Para melhor enfrentar o duplo processo, é preciso educar melhor para conversar melhor.

Sobre educação Hannah Arendt apresenta na obra *Entre o Passado e o Futuro*, o capítulo *A Crise na Educação*, no qual relata a crise da educação no mundo, com enfoque na América, especialmente a experiencial educacional nos Estados Unidos,

Embora a crise na educação possa afetar todo o mundo, é significativo o fato de encontrarmos sua forma mais extrema na América, e a razão é que, talvez, apenas na América uma crise na educação poderia se tornar realmente um fator na política. Na América, indiscutivelmente a educação desempenha um papel diferente e incomparavelmente mais importante politicamente do que em outros países. (ARENDR, 2016, p. 223)

A crise da educação para além da política estariam enraizada nessa estrutura educacional desde a formação histórica do país e sua complexidade social frente à formação da comunidade norte-americana que se deu através de imigrantes bem como de distintos grupos políticos sociais culturais e étnicos e desta Constituição plural da comunidade norte Americana direcionou uma formação de modelo educacional que acabou envolta num problema de formação de novas pessoas.



Este problema tem origem pelo interesse no modelo de educação europeu do século XX que repercutiu numa demanda de alunos norte-americanos com desempenho a quem do desempenho de alunos europeus. A situação decorreria da falha em entender que a necessidade da formação que daquele aluno precisa estar direcionado há um futuro no qual forme-se um indivíduo com competência adequadas aquela realidade futura e não se utilizar de um modelo educacional projetado para problemas do momento corrente.

Assim, não sendo a questão nessa experiência norte americana residiria numa complexidade diversas comunidades imigrantes, sendo então necessário encontrar uma forma de educar, de construir um modelo educacional que atenda às necessidades de diversos grupos de imigrantes com suas particularidades especialmente quando o idioma inglês norte-americano não é a língua materna de seus genitores e sim uma língua estranha as origens étnicas indicado a família.

Novamente a comunicação e suas complexidades em outras relações não necessariamente nas conversações dedicadas a política, mas também na convivência da coletividade dentro e fora das esferas sejam estas públicas ou privadas. Pode-se dizer que esta complexidade da comunicação na formação educacional de uma sociedade constituída a partir de imigrantes sejam a questão comum aos países que passaram pelo processo de colonização e pós colonização, especialmente pelo marketing estabelecido na época, de que ali o imigrante poderia realizar seus sonhos, o dito “Sonho Americano”, um sonho de diversas formas de liberdade, oportunidades econômicas e/ou sociais.

Neste aspecto aparentemente para Hannah Arendt a educação teria seu papel de lidar com complexidades étnicas culturais e sociais e não caberia a educação exercer qualquer atividade na política já que na política interessa as pessoas formadas seja pessoas que já passaram pelo processo de educação pois segundo a mesma faz parte da natureza da condição humana de que cada geração se desenvolva em meio ao mundo velho no qual serão preparadas ao Novo Mundo no qual seria possível inovar.

Em meio as complexidades acima expostas tem-se a decisão norte-americana de reformulações de seu sistema educacional numa ótica do Progresso, a qual endossada por teorias modernas era em verdade uma proposta experimental que acabou por não lograr bons resultados nas escolas norte-americanas, este resultado negativo constata uma crise, especialmente com o desaparecimento do senso comum, pois em toda crise é destruída uma

parcela do mundo algo portanto que nos é comum a todos, no caso quando o desempenho das escolas norte-americanas utilizando a mesma experimentação educacional europeia ficou a quem dos resultados das escolas da Europa revelando paradigma entre o Velho Mundo e o Novo Mundo onde os Estados Unidos no papel de Novo Mundo não teria logrado superar o Velho Mundo mesmo tendo os melhores recursos sejam esses estruturais, econômicos e profissional.

Em análise desse problema deducional Arendt aponta três ideias-base que podem explicar. A primeira seria que existe um mundo próprio das crianças onde estas se autogovernam, estando sujeitas a uma opinião sujeita tirania da maioria. A segunda seria a influência da Psicologia moderna, associado a então Pragmatismo, no método de ensino das escolas, assim, “a pedagogia tornou-se uma ciência do ensino em geral ao ponto de se desligar completamente da matéria a ensinar. O professor — assim nos é explicado — é aquele que é capaz de ensinar qualquer coisa”.

A terceira seria a teoria moderna de aprendizagem não atendeu a esta particularidade da sociedade norte-americana, pois a ideia-base dessa teoria era “a de que se não pode saber e compreender senão aquilo que se faz por si próprio”, um evidente esforço arcaico em substituir o aprender pelo fazer, não existindo o compromisso de ensinar, e que resulta numa espécie de transformação das instituições de ensino geral em institutos profissionais, os quais tem sucesso ao aprender a conduzir uma viatura, coser à máquina ou mais importante ainda para «a arte de viver», entretanto, expõem quão falível é orientar as crianças a aprenderem os conhecimentos necessários de uma plano educacional.

Frente a crise é destacado pela autora uma dupla questão, primeira seria “[...]os aspectos do mundo atual e da sua crise, os quais se revelaram efetivamente na crise da educação, isto é, quais são as verdadeiras razões pelas quais, durante décadas, foi possível falar e agir em tão flagrante contradição com o senso comum? [...]” E a segunda questão é se “[...]podemos aprender com esta crise acerca da essência da educação, [...], mas no sentido da reflexão sobre o papel que a educação desempenha em todas as civilizações, ou seja, da obrigação que a existência de crianças coloca a todas as sociedades humanas [...]”.

A dupla questão acima chama a atenção para os efeitos dos juízos e prejuízos sobre a natureza da vida privada e do mundo público e a partir destes valorar a vida na terra dos indivíduos e das famílias, como o maior dos bens, é nesse mesmo diapasão “[...]a sociedade

moderna emancipou a vida, e todas as atividades que têm a ver com a sua preservação e enriquecimento, do segredo da intimidade para a expor à luz do mundo público. [...]". Entretanto, essa libertação não ocorreu para as crianças por não serem ainda indivíduos, ainda permaneciam detidas num mundo próprio delimitado pela educação moderna, tratando-se de uma falha da educação moderna em cumprir as condições de crescimento vital, mesmo que sua intencionalidade seja bem-estar destas, bem como o esmaecimento geral da autoridade do professor, cujo papel nesse contexto segundo Arendt seria de representante das crianças no mundo dos adultos, face a continua indiferença

Diante de todo exposto, pode-se se dizer sobre a importância da educação para a formação do ser humano e para a construção de uma sociedade livre e democrática, na perspectiva da autora, a educação tem como objetivo formar pessoas capazes de pensar por si mesmos e de agir de forma livre e responsável no mundo. É por meio da educação que os indivíduos se tornam capazes de compreender a realidade em que vivem e de participar ativamente da construção do futuro, inovando-o, já que segundo Arendt:

A nossa esperança reside sempre na novidade que cada nova geração traz consigo. Mas, precisamente porque só nisso podemos basear a nossa esperança, destruimos tudo se tentarmos controlar o novo que nós, os velhos, pretendemos desse modo decidir como deverá ser. É justamente para preservar o que é novo e revolucionário em cada criança que a educação deve ser conservadora. Ela deve proteger a novidade e introduzi-la como uma coisa nova num mundo velho, mundo que, por mais revolucionárias que sejam as suas ações, do ponto de vista da geração seguinte, é sempre demasiado velho e está sempre demasiado próximo da destruição. (ARENDDT, 2016, p. 243)

Ante exposto, a crise na educação que se instalou na América do norte, da forma de educar, por optar a treinar indivíduos para o mercado de trabalho, o saber-fazer, o qual seria também um caminho onde a alienação da cidadania ocorre, sem que haja uma preocupação com a formação integral do ser humano. A educação tornou-se, assim, uma forma de reproduzir os valores e interesses da sociedade vigente, sem oferecer aos indivíduos a possibilidade de questioná-los e de construir uma nova visão de mundo.

Nesse sentido, tem-se e a necessidade de repensar o papel da educação na sociedade contemporânea. É preciso que a educação volte a ser vista como um processo de formação integral do indivíduo, capaz de estimular a criatividade, a capacidade crítica e a formação de valores éticos e políticos. Além disso, é fundamental que se invista em políticas públicas que garantam o acesso à educação de qualidade a todos os cidadãos, independentemente de sua origem social ou econômica.

É preciso que os professores sejam valorizados e que haja investimentos em sua formação, para que possam oferecer um ensino de qualidade e estimular o pensamento crítico nos alunos. Por fim, é necessário que a sociedade como um todo se engaje na defesa de uma educação de qualidade e na construção de uma cultura que valorize o conhecimento, a reflexão e a criatividade. A educação é um pilar fundamental para a construção de uma sociedade livre e democrática, e é responsabilidade de todos garantir que ela seja valorizada e respeitada como tal.

Ainda, a correlação da crise na educação e o fenômeno das fake news em Arendt, por ser projetada em sua explicação da crise na cultura que seria o resultado da falta de comunicação entre as gerações, que leva à perda da tradição e do sentido de continuidade histórica. Isso significa que os valores e conhecimentos acumulados pelas gerações anteriores não são transmitidos adequadamente para as gerações mais jovens. Essa perda de tradição e de senso histórico pode levar a uma desvalorização da educação, tornando-a menos importante para a sociedade.

A educação é vista como algo secundário, sem a devida importância, o que acaba perpetuando a crise cultural. Além disso, Arendt aponta que a cultura se torna cada vez mais superficial, e a educação é vista como uma mera transmissão de informações, sem a devida reflexão crítica. Essa falta de reflexão crítica também é uma das causas do fenômeno das fake news, já que os indivíduos educados no saber-fazer estão inabilitados pela alienação de seu agir. O que fatalmente acaba por pessoas estão mais propensas a acreditar em informações que confirmem suas crenças e preconceitos, sem questionar a veracidade das informações.

Isso é especialmente perigoso em uma época em que a tecnologia permite que informações falsas sejam disseminadas com facilidade e rapidez. Arendt alerta que a crise na cultura não é apenas um problema educacional, mas também social e político.

A perda de tradição e a desvalorização da educação podem levar à ascensão de regimes autoritários, que se beneficiam da ignorância e da falta de reflexão crítica das pessoas. Esses regimes promovem uma falsa narrativa da história, distorcendo os fatos e manipulando a opinião pública. Nesse sentido, a educação e a cultura são fundamentais para combater o fenômeno das fake news e a desinformação. É preciso valorizar a educação como um processo crítico e reflexivo, que estimula o pensamento autônomo e a análise rigorosa dos fatos. Além disso, é importante resgatar a tradição e a continuidade histórica, para que as

gerações mais jovens possam compreender a importância dos valores e conhecimentos acumulados ao longo do tempo.

Dessa forma poderemos combater a desinformação e fortalecer a democracia, evitando a ascensão de regimes autoritários baseados em falsas narrativas históricas e informações distorcidas. Para Arendt, a política é a esfera de ação humana que se preocupa com a coletividade, com o bem comum e com a liberdade dos cidadãos. No entanto, ela ressalta que a política também pode ser usada como um meio de manipulação e de opressão, principalmente quando a verdade é distorcida ou ignorada.

Arendt nos alerta para o perigo da relação entre a política e a mentira, afirmando que a mentira política tem uma força própria que pode se impor mesmo diante da evidência da verdade. Nesse sentido, é fácil perceber como as fakes news e a desinformação estão diretamente ligadas a esse problema. Quando a verdade deixa de ser valorizada na política, as mentiras são usadas como ferramentas de manipulação da opinião pública, com consequências desastrosas para a sociedade. Outro ponto importante é a ideia de que a verdade não é algo que possa ser descoberto e definido de forma absoluta e definitiva, mas sim algo que é construído coletivamente através do diálogo e da troca de ideias.

A verdade, para Arendt, é o resultado de um processo contínuo de questionamento e busca por uma compreensão mais ampla e profunda dos fenômenos que nos cercam. Isso é especialmente relevante nos dias atuais, em que as redes sociais e a internet criaram uma cultura de polarização e intolerância que muitas vezes impede o diálogo e o debate construtivo. Arendt também enfatiza a importância da liberdade de expressão na política, como um meio de garantir que diferentes pontos de vista sejam ouvidos e debatidos.

A liberdade de expressão é um direito fundamental da cidadania, que deve ser protegido e promovido pela sociedade como um todo. No entanto, é importante lembrar que essa liberdade não pode ser usada como desculpa para a disseminação de mentiras e desinformação, que prejudicam a busca pela verdade e pela construção de um ambiente político saudável. A busca pela verdade deve ser um dos objetivos centrais da educação, e isso implica no desenvolvimento de habilidades críticas e no incentivo ao diálogo e ao debate construtivo. Além disso, é fundamental que a sociedade como um todo se engaje na defesa da verdade e da liberdade de expressão, promovendo um ambiente político saudável e democrático.

A problemática das fake news tem se mostrado um desafio na atualidade, especialmente em relação à disseminação de informações falsas e sua influência na opinião pública e nas decisões políticas. Nesse contexto, a obra "Entre o Passado e o Futuro", de Hannah Arendt, oferece uma perspectiva interessante para entender a relação entre a verdade e a política, especialmente no que se refere à instrumentalização da mentira para fins políticos.

No capítulo "A verdade e a política", Arendt argumenta que a verdade é um valor fundamental na esfera pública e política, já que a política se refere à convivência dos indivíduos em um mundo comum, onde as decisões devem ser baseadas em fatos e informações confiáveis. No entanto, ela também destaca que a política é uma atividade em que a verdade pode ser facilmente manipulada e distorcida, especialmente quando a questão central é o poder.

Arendt mostra como a política pode ser um espaço de negação da verdade, quando os líderes políticos manipulam a opinião pública com informações falsas ou distorcidas para alcançar seus objetivos. Essa instrumentalização da mentira é uma forma de violência, já que priva as pessoas da capacidade de compreender e agir com base em informações confiáveis. No contexto das fake news, essa análise de Arendt se mostra particularmente relevante. As redes sociais e a internet têm ampliado a capacidade de difusão de informações, mas também tornaram mais fácil a disseminação de notícias falsas e manipuladas.

Como destaca Arendt, isso pode ter consequências graves para a esfera pública e política, já que a mentira pode se tornar uma ferramenta poderosa nas mãos de líderes políticos sem escrúpulos. Além disso, a obra de Arendt também oferece uma perspectiva para entender a importância da educação e da formação crítica na luta contra as fakes news.

Em seu capítulo sobre "A crise na educação", ela destaca a importância da escola como um espaço para formar indivíduos capazes de pensar criticamente e discernir informações confiáveis das falsas. Para Arendt, essa formação crítica é essencial para garantir que os indivíduos não se tornem vítimas da manipulação da verdade pelos líderes políticos.

Diante desse contexto, é necessário um esforço conjunto para combater as fakes news e garantir a preservação da verdade na esfera pública e política. Isso inclui ações das autoridades governamentais para regular e punir a disseminação de informações falsas, mas

também a responsabilidade individual dos cidadãos em buscar fontes confiáveis e questionar informações duvidosas.

## 5 Conclusão

Ante todo exposto neste escrito é constatado o enfraquecimento da figura do cidadão, bem como quanto ao seu convívio sócio-político padece, continuamente, com a desfactualização nos diversos âmbitos de convívio.

Não são acontecimentos pontuais, mas sim um processo histórico que nos recortes históricos apresentados de desde a guerra do Vietnã até a atualidade em grandes eventos é patente as tentativas de reconstrução da verdade factual e as mudanças nas estruturas políticas, a exemplo da figura do cidadão.

Como visto ao decorrer desta pesquisa os dissonantes da democracia aperfeiçoaram seus métodos, quando se percebe o quão significativo é para ordem social saber fabricar e alienar a cidadania, esta enquanto característica da atividade da ação, é possibilidade de poder a ser implementado pelas lideranças de governança para avocar do cidadão a percepção da realidade e serem delegados a uma convivência em meio a embustes, estritamente planejados, calculados e recalculados, negando a sociedade qualquer possibilidade de constituição de opinião pública, ou seja, não há espaço para a atividade da ação do cidadão, mas tão somente de conviver numa realidade desconstruída.

Para Arendt este processo da alienação é fatal ao cidadão, não tão somente pela perda de capacidade política, mas também por implicar que essa privação atinge a condição de humanidade à pessoa, ou seja, uma pessoa que não esteja na condição de cidadão este também é marginalizada da convivência de seu grupo político e para com toda humanidade.

Este aspecto vai de contra ao conceito da atividade de ação apresenta pela autora em destaque neste trabalho a ação se exerce entre as pessoas, estando aparente entre os grupos a pluralidade, num conjunto denominado humanidade habita um único espaço o mundo, assim, jamais qualquer pessoa poderia estar sendo marginalizado, através da alienação dessa potencialidade política, o cidadão.

Esse aperfeiçoamento tendo sido encaminhado desde a modernidade, na medida da composição da então sociedade lidou com os problemas dos negócios humano, e como estes atingiram a esfera pública e a privada, de muitas formas, e nestas dependendo de decisões de um único agente, entretanto ao mesmo tempo essa imprevisibilidade possibilita em certa medida a renovação para melhorias. Entretanto, o que se tem percebido na história mais recente, é que as novas lideranças políticas procuraram aplicar suas soluções para os problemas de interesse próprio e, novamente através do duplo processo, mas com inovações inerentes ao processo de globalização, após os anos 2000, em especial a internet como uma ferramenta de comunicação popular.

Em 2016 e nos anos seguintes detectamos os eventos as eleições estadunidenses em 2016 e o processo do Brexit iniciado em 2017, em ambos os recortes históricos, as respectivas lideranças governamentais procuraram implementar as *fake news*, as quais como visto não são apenas notícias falsas, mas sim um mecanismo de inviabilizar qualquer tentativa de uma conversação democrática, pois além de novamente a opinião pública é anulada, leva também aos sujeitos desconsiderar qualquer outra ideia, pensamento, assertiva, afirmação que o contradiga e aquele sujeito que o contradiz será alvo de violência, sendo este último a certeza da negação à conversação.

Tendo o cenário acima o presente escrito é assertivo ao indicar o enfraquecimento da figura do cidadão como uma questão relevante a ser debatida e o conceito de Ação enquanto atividade humana não mais seria suficiente para lidar com estes novos eventos, não por lhe faltar uma melhor definição, mas por estar continuamente sujeita a falibilidade dos negócios humanos que, embora desta se tenha potencialidades da própria ação, o resultado desta imprevisibilidade não tem sido favorável à manutenção de sociedade democrática nos passar dos tempos, especialmente nos últimos eventos da atualidade somasse uma série de eventos que aos poucos tem iniciado uma corrosão.

Pode se dizer esse resultado amargo em relação ao conceito de ação já era prevista, em certa medida, por Arendt, ao considerar o triunfo do *animal laborans*, no processo de secularização, a ação passaria a ser uma experiência limitada aos poucos que saibam o significado de agir. Entretanto, a imprevisibilidade que promete a possibilidade renovação para melhorias do convívio não tem tido bons resultados, os maus usos das novas tecnologias tem se mostrado um obstáculo deveras custoso.



Um “punhado” de pessoas que tenham habilidades para formar uma opinião própria e justa não é suficiente para manutenção de uma democracia, pois a voz de poucos frente a um grande eleitorado, alienado a um discurso de terceiros, não seria diferente do que uma conversar com o espelho, ou seja, não existe conversação, não existe *vita activa* na *polis*, não se tem a figura do cidadão que está necessariamente ligada a noção coletividade.

Vimos que a situação acima trata-se de um duplo processo, no qual ocorre uma possível a substituição da ação pela fabricação, que repercute na possibilidade de uma ação fabricada e o processo de alienação do cidadão. A ação fabricada seria quando anteriormente tínhamos a figura do cidadão que apresentava na *polis* seus feitos para o bem comum na esfera pública e agora teríamos a figura do internauta que propaga *fake news*, neste caso está substituiria a atividade da ação e a alienação é distanciamento da percepção de si enquanto membro da *polis*, enquanto cidadão e dentre outros aspectos desse sujeito para si diante da sociedade.

Percebe-se que a precarização da comunicação através das *fake News*, afeta diretamente a habilidade do cidadão em cumprir com seus deveres numa sociedade democrática, conseqüente nesse cenário o conceito de ação apresentado nesse escrito estaria prejudicado como meio de guardião do agente democrático.

Portanto, existe a necessidade da implementação de uma educação que se preocupe com a formação futura das pessoas, especialmente no papel da escola enquanto uma instituição que prepara a juventude sem que a afaste da convivência da esfera pública, para que possam realizar boas conversas, no sentido de que quando enfim educada logrem enfrentar discussões sobre questões mais complexas da esfera pública, através de participações mais pragmáticas nas políticas públicas, propondo ideias a serem implementadas. Este perfil plano educacional que promoverá a interação de educando com a esfera pública é indispensável neste contexto da alienação da figura do cidadão em diversos grupos políticos.

## REFERÊNCIAS:

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

\_\_\_\_\_. **Between Past and Future: Six Exercises in Political Thought**, New York: Viking Press, 1961

\_\_\_\_\_. **Fragwürdige Traditionsbestände im Politischen** Denken der Gegenwart, Frankfurt: Europäische Verlagsanstalt, 1957

\_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**/ Hannah Arendt; [tradução Mauro W. Barbosa]. São Paulo Perspectiva, 2016.

\_\_\_\_\_. **Origens do Totalitarismo** – Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade** / Matthew D'Ancona; [tradução Carlos Szlak]. - 1. ed.- Barueri: Faro Editorial, 2018.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

PLATÃO. **República**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2000.

PLATÃO. **República**. Coleção filosofia à maneira clássica Brasília: Kiron, 2013.

MOUNTAIGE, Michel. **Os ensaios: Livro III**; [tTradução Rosemary Abílio]. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RORTY, Richard. **Verdade, Universalidade e política democrática in Filosofia, racionalidade, democracia: os debates Rorty & Habermas** / José Crisóstomo de Souza, organizador. - São Paulo: Editora Unesp, 2005.

BENHABIB, Seyla. **Los derechos de los otros** – extranjeros, residentes y ciudadanos. Barcelona: Gedisa, 2005